



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
ANO 2010

[Handwritten signature] A. 2011

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

28 - Relatório de gestão



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO DE 2010

INTRODUÇÃO

Corresponde o presente Relatório ao cumprimento por parte da Câmara Municipal do dever de fornecer um documento de enquadramento aos Documentos de Prestação de Contas relativos à execução do ano económico de 2010.

Ao contrário do sucedido no exercício anterior, o actual exercício em análise é integralmente da responsabilidade do actual Executivo Municipal, sendo os respectivos resultados, análises e conclusões uma consequência directa da actividade desenvolvida durante o ano económico de 2010 por parte do Executivo em permanência, naquilo que decorre do exercício das competências próprias e delegadas, e do Executivo Municipal como um todo, na parte que é consequência do exercício das competências do órgão colegial.

No sentido de apoiar a leitura e interpretação dos dados constantes dos documentos de prestação de contas e da análise contida no presente Relatório de Gestão, foi operada a transposição para o presente documento de todo o conjunto de informações, elementos adicionais, quadros e gráficos julgados necessários à análise da execução económica e financeira da Câmara Municipal relativa ao ano económico de 2010.

Não pode também deixar de atender-se à natureza especial da Câmara Municipal, enquanto autarquia local, no que diz respeito ao modo como a sua actividade é transposta para as demonstrações financeiras elaboradas, sobretudo as que derivam da aplicação da contabilidade patrimonial, uma vez que, como se refere nas Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, não foram ainda implementadas a contabilidade de custos e a gestão de stocks. Para além disso, é também sabido que o reconhecimento e valorização de activos fixos, sejam imobilizações corpóreas ou incorpóreas, ou sobretudo os bens do domínio público, não evidenciam ainda de forma completamente rigorosa o património real do Município, uma vez que não foi concluída a valorização de todos os elementos do activo.

Cabe informar que foi durante o ano de 2010 que foram iniciados os procedimentos preparatórios relativos à implementação da contabilidade de custos e da gestão de stocks, os quais serão aprofundados com carácter experimental durante o ano de 2011, para que já em 2012 possam tornar-se efectivamente um recurso e um instrumento fundamental à gestão do Município em todas as suas componentes.

Por outro lado, a actividade financeira do Município é substancialmente dependente da sua participação financeira no Orçamento de Estado e, numa expressão muito reduzida, das receitas próprias em impostos e taxas, ao mesmo tempo que o seu fim é de natureza pública e sem carácter lucrativo, orientado por um enquadramento constitucional, legislativo e regulamentar muito específico, pelo que o resultado operacional não é



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

equiparável à generalidade das entidades empresariais, nem as análises ao desempenho económico podem ser realizadas sob a mesma perspectiva.

Aquando da apresentação das propostas de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2010, afirmávamos no seu documento enquadrador que a composição do órgão executivo determina a adopção de um posicionamento inclusivo relativamente às propostas de todos os partidos e sensibilidades com representação nos órgãos municipais, mediante o estabelecimento dos necessários consensos, mas sem que com isso nos afastássemos das propostas políticas que foram maioritariamente sufragadas no acto eleitoral.

Por essa razão, as linhas de orientação contidas nas mesmas propostas consubstanciavam a preocupação em dar resposta em cada momento às necessidades e reivindicações das populações e das instituições representativas dos interesses e direitos dos cidadãos nas mais diversas áreas de interesse comunitário e, simultaneamente, em procurar estruturar o futuro, criando condições para que o nosso desenvolvimento económico e social se faça em permanente convergência com as transformações sociais com que as dinâmicas do mundo actual nos confrontam.

Por um lado, procurávamos encontrar soluções para as preocupações com as pessoas e com as condicionantes sociais que afectam de há alguns anos a esta parte o nosso tecido empresarial, bem como para a necessidade de criação de novas condições para acolher iniciativas empresariais locais.

Por outro lado, propúnhamo-nos responder de forma eficaz às grandes preocupações nas áreas da acção social e da educação, nas áreas do aumento da qualidade de vida das pessoas, dando especial atenção às matérias relacionadas com o abastecimento de água e o saneamento, e na criação de condições favoráveis ao estabelecimento de um relacionamento equilibrado com as juntas de freguesia, desafiando-as à concretização prática do princípio da subsidiariedade mas, ao mesmo tempo, proporcionando-lhes as condições financeiras indispensáveis à concretização desse desafio.

Tínhamos a consciência de existir um conjunto de condicionamentos com os quais a Câmara Municipal teria de conviver, mas não eram possíveis de prever os impactos financeiros que a situação do país transpôs para a nossa própria realidade interna.

Ainda assim, honrámos todos os compromissos com encargos certos e permanentes e mantivemos uma imagem muito positiva no mercado no que respeita à nossa capacidade de satisfação de pagamentos com empreiteiros e fornecedores, colocando-nos numa posição muito honrosa no contexto autárquico nacional ao nível dos prazos médios de pagamentos, fazendo parte do pequeno grupo de municípios com prazo médio de pagamentos inferior a 90 dias, sendo actualmente de cerca de 45 dias.



Agg
2

VISÃO, MISSÃO, VALORES E OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS



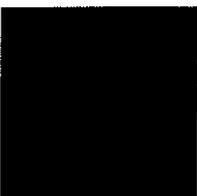
Visão

O Município orienta a sua acção no sentido de apostar na qualidade e na gestão do conhecimento, aproveitando e criando oportunidades que permitam desenvolver o Concelho de Oliveira do Hospital, tornando-o mais competitivo e atractivo a nível económico, cultural e social.



Missão

O Município tem como missão garantir o bem-estar da população, através do desenvolvimento integrado e sustentado do território.



Valores

O Município orienta a sua actividade no respeito integral e permanente pelos valores da Isenção, da Transparência, do Rigor, da Qualidade, da Orientação para a Muniçipe, da Inovação e da Pró-actividade.

Objectivos Estratégicos

1. Qualidade do Serviço e Impacto na Sociedade:

Desenvolver uma nova cultura organizacional
Melhorar a relação Organização – Muniçipe
Incrementar o uso alargado das novas tecnologias
Simplificar e desburocratizar procedimentos

2. Valorização dos Recursos Humanos:

Promover a formação dos trabalhadores
Incrementar a comunicação entre os diversos níveis organizacionais
Implementar novas práticas de gestão de recursos humanos

3. Desenvolvimento Sócio-económico do Concelho:

Implementar e melhorar a rede de infra-estruturas
Promover o desenvolvimento turístico
Melhorar o apoio social
Adequar a oferta educativa às necessidades do Município
Promover a cultura, reforçando as tradições locais e envolvendo as populações.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signature]
A 8

[Handwritten mark]

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO

Seguindo uma estratégia orientada no sentido de tomar posição financeira em entidades cuja actividade ou objecto social tenha interesse estratégico ou funcional para o Município, tendo em vista a melhor prestação dos serviços e utilidades que a Câmara Municipal presta às suas comunidades e populações, o Município detinha em 31 de Dezembro de 2010 as seguintes participações financeiras:

[Handwritten signature]

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS					
Rubrica POCAL	Entidade	Capital Próprio / Fundo Patrimonial (Exercício 2010)	Resultado Líquido (Exercício 2010)	Particip. Social	Saldo Final
				%	
41131	WRC-Web Região Centro, ADR, SA	703.317,46 €	-39.516,51 €	0,37%	5.000,00 €
41132	Município-Emp. Cartograf. Sist. Inf., EM, SA	3.995.063,81 €	-491.754,14 €	0,15%	4.985,01 €
41133	Matadouro Regional da Beira Serra, SA	1.963.838,10 €	47.977,93 €	2,22%	24.000,00 €
41134	CoimbraVita - ADR, SA	a)	a)	1,48%	9.980,00 €
41135	Águas do Zêzere e Côa, SA c)	-6.451.443,31 €	-5.113.177,04 €	3,37%	459.315,00 €
41136	CESAB - Centro de Serviços do Ambiente b)	854.492,62 €	25.186,81 €	0,39%	1.500,00 €
41137	BLC CERES 2G (Plataforma Des. RI Centro) a)	a)	a)		7.000,00 €
a) - Informação não disponível b) - Valores de 2007 c) - Valores de 2009					511.780,01 €



Para além destas, a Câmara Municipal integra ainda a gestão de outras entidades de que foi co-fundadora, designadamente a Serra do Açôr – Associação de Desenvolvimento Regional, a Adeptoliva – Associação para o Ensino Profissional dos Concelhos de Tábua, de Oliveira do Hospital e de Arganil e a ADI – Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital.

Durante o ano de 2010, foi constituída a BLC.CERES.2G – Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro, tendo como entidades fundadoras o Município de Oliveira do Hospital, o Instituto Politécnico de Coimbra e o NDEIB – Núcleo de Desenvolvimento Empresarial do Interior e Beiras.

A escritura de constituição da Associação foi celebrada nos Paços do Município de Oliveira do Hospital, perante o Notário Privativo do Município, em 26 de Março de 2010, tendo sido a sua comissão instaladora, constituída por João Miguel dos Santos Almeida Nunes, Helena Maria de Oliveira Freitas e Paulo Nuno Monsanto Fonseca de Serra e Silva, em representação do Município de Oliveira do Hospital, por Jorge Alexandre Caldeia Gonçalves de Almeida, em representação do IPC – Instituto Politécnico de Coimbra e Mário Gil Videira Vicente, em representação do NDEIB – Núcleo de Desenvolvimento Empresarial do Interior e Beiras.

Estas entidades associativas, apresentam objectos diversificados, designadamente:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signature]
#91
[Handwritten mark]



Objecto: Constitui objecto da Associação a promoção de desenvolvimento global e equilibrado na área de actuação da Associação, através de uma integração adequada com os espaços e entidades de âmbito regional, nacional e internacional, mediante o apoio e dinamização às actividades produtivas, na área dos recursos humanos, do turismo e do património arquitectónico, paisagístico e cultural.

[Handwritten signature]



Objecto: O objecto social da associação é o ensino na Escola Profissional de Oliveira do Hospital, Tábua e Arganil.



Objecto: A Agência tem como objecto social a promoção e modernização do tecido empresarial dos Municípios de Oliveira do Hospital e de Tábua, visando a sua requalificação e o desenvolvimento de uma gestão unitária e integrada de serviços de interesse comum.



Objecto: Constitui objecto da Plataforma o exercício de actividades de investigação e desenvolvimento experimental, de formação, de promoção da inovação e de apoio aos diversos sectores da actividade económica no seu âmbito de actuação.



[Handwritten signatures and initials]
A 4/11
2
[Signature]

ANÁLISE GERAL AO ANO ECONÓMICO

O ano de 2010 foi, em termos nacionais e internacionais, determinado por um forte agravamento das condições económicas e financeiras das entidades públicas e privadas, sendo que, relativamente ao nosso país, a situação tornou-se ainda mais dramática a partir do momento em que dois países da União Europeia necessitaram de recorrer aos apoios internacionais e, com isso, colocaram Portugal, Espanha e mais alguns países da Zona Euro no trajecto do efeito de dominó tido como inevitável a partir do momento em que os mercados e as agências de rating sinalizassem estes países e as suas instituições financeiras como menos merecedores da confiança por parte dos investidores internacionais.

Esta conjuntura internacional, com repercussões muito fortes no ambiente nacional, devido à persistente escassez de competitividade da nossa indústria nos mercados exteriores e às debilidades orçamentais e financeiras do Estado, tiveram um impacto acentuado no nível de consumo das famílias e nos esforços de investimento destas e das empresas, razão pela qual se acentuou uma profunda estagnação da actividade produtiva e no tecido comercial que compõe a nossa economia local.

A situação em Oliveira do Hospital viu-se ainda agravada com a persistência das situações de desemprego originadas pelo encerramento de um conjunto de empresas com forte incorporação de mão-de-obra e também pelo abaixamento do volume de negócios que afectou algumas empresas em actividade, sendo bastante significativa a redução de contratos por parte de empresas que integram um dos sectores mais empregadores do nosso concelho, como é o da construção civil.

A agravar ainda mais esta situação verifica-se também um efeito local do que tem sido o recente posicionamento das instituições da banca comercial face à procura de financiamentos por parte das empresas e das famílias, em que se aplicam políticas com cada vez maior grau de restritividade e com spreads cada vez mais elevados, tornando o acesso ao crédito ainda mais inacessível para a maioria dos agentes económicos e retirando condições de alavancagem da actividade dos agentes privados por intermédio do financiamento bancário.

Estas condições ambientais fizeram-se naturalmente sentir no contexto económico da própria autarquia, na medida em que interagem directamente com a capacidade de captação de receitas próprias ao nível dos impostos e das taxas, razão pela qual se verificam diferenças substâncias, como adiante se detalhará.

Quanto à despesa, também estas circunstâncias implicam uma reorientação de algumas das opções de despesas correntes e de investimento por parte da Câmara Municipal, na medida em que se identificaram novas situações de carência habitacional, alimentar e outras, que obrigaram à implementação de instrumentos de correcção e compensação, designadamente através da criação do Centro de Recursos Sociais.

No que respeita às situações de desemprego e tal como era propósito da Câmara Municipal na projecção do exercício de 2010, houve uma preocupação em colocar a autarquia na rede de entidades que têm por função promover a reinserção dos desempregados no mercado de trabalho.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Por um lado, demos forma a uma estratégia de aproximação aos agentes empreendedores do concelho, apoiando-os naquilo que, dentro das competências municipais, foi possível fazer junto das entidades que podem facilitar a criação de novas empresas e o aumento da oferta de postos de trabalho e, por outro lado, articulámos a oferta de oportunidades para a prestação de actividades de interesse comunitário com as necessidades de mão-de-obra em sectores específicos dos serviços municipais, seja através de contratos emprego-inserção, seja também mediante estágios qualificação-emprego e estágios formações qualificantes.

Neste contexto, concretizou-se também a instalação do GIP – Gabinete de Inserção Profissional, ao mesmo tempo que lhe foram proporcionadas instalações e condições técnicas e humanas de funcionamento condignas, melhorando simultaneamente e de forma substancial as condições físicas de funcionamento, no mesmo espaço, do Balcão de Atendimento do Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil.

Tal como já referido noutras ocasiões, o ano de 2010 foi fortemente dedicado ao conhecimento da situação existente, com um diagnóstico profundo a todos os factos, circunstâncias, recursos e constrangimentos que envolvem a actividade do Município, tendo presente a necessidade de adequar e harmonizar as condições de partida e os constrangimentos contingenciais aos propósitos e objectivos com que a Câmara Municipal se comprometeu.

Tais condições e constrangimentos não impediram que as principais linhas de orientação do Executivo para o actual mandato pudessem, já em 2010, ser implementadas.

Desde logo na melhoria das condições de relacionamento permanente com a sociedade e com todos os seus agentes políticos, económicos, sociais e culturais, sendo a Câmara Municipal reconhecida cada vez mais como uma instituição parceira e solidária face aos problemas das pessoas, das famílias, das empresas e das instituições.

Foi já referido também o novo posicionamento da Câmara Municipal face às juntas de freguesia, através do qual se aprofundou o apoio municipal às realizações e investimentos pretendidos em cada freguesia, de tal modo que, sem contar com os subsídios atribuídos especificamente para determinados investimentos concretos, essa colaboração ascendeu a 500.000 € anuais.

Foi também um propósito claro para o primeiro ano do mandato a afirmação de Oliveira do Hospital como um Município activo, dinâmico e suficientemente atractivo para acomodar novos investimentos e novos residentes e por essa razão foram desenvolvidos esforços no sentido de dar visibilidade ao concelho através da realização directa ou do apoio à organização de diversos eventos com impacto na região, como foram os casos da Festa do Queijo, da Feira do Livro, das Comemorações do 25 de Abril, do Festival da Canção Jovem, das Marchas Populares, da Animação das Praias Fluviais e, como ponto alto desta postura, da ExpOH – Feira Regional de Oliveira do Hospital que, mesmo tratando-se da sua primeira edição, em substituição da antiga FICACOL, foi genericamente distinguida como um evento que fazia falta à estratégia de projecção do concelho na região e no país e de oferta de uma oportunidade aos empresários locais de divulgarem os seus produtos e serviços.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Neste âmbito, foram também marcantes outras realizações a que a Câmara Municipal se associou como a festa do “Bodo” de S. Sebastião, em Vila Pouca da Beira; os festejos populares “Há Festa na Zona Histórica”, da iniciativa da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital; a Festa da Castanha, em Aldeia das Dez; a Feira do Porco e do Enchido, em Meruge; o Festival das Sopas, em Santa Ovaia; ou a Feira das Tasquinhas, em Ervedal da Beira; todos da iniciativa das respectivas freguesias e também a Semana Académica da ESTGOH, a Volta a Portugal em Bicicleta, o Downtown Nocturno de Oliveira do Hospital, o Troféu Enduro das Nações e o programa da RTP “Verão Total”.

Na área directamente relacionada com os investimentos estratégicos, que podem apoiar a preparação do concelho para novos desafios no futuro, foi cumprida durante o ano de 2010 aquela que era uma das principais determinações do Executivo Municipal e que consistiu em obter a realização dos projectos de execução destinados à concretização das principais obras municipais a realizar no futuro próximo e logo que as condições de financiamento permitam suportar esses encargos com segurança. Simultaneamente, foi concretizada a ambição de promover a ampliação da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, tendo-se concretizado a revisão do Plano de Pormenor, com criação de 10 novos lotes industriais.

Daí que tenham sido realizados o projecto relativo ao Centro Educativo de Nogueira do Cravo, cuja obra já se encontra adjudicada e em execução, o projecto destinado às novas instalações da ESTGOH – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, o plano de pormenor e o projecto da 1.ª fase das infra-estruturas relativas à ampliação da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, o projecto relativo ao novo Estaleiro Municipal, o projecto conjunto relativo à Requalificação do Mercado Municipal e à Construção da Estação Central de Camionagem, que envolverá, numa intervenção complementar, a requalificação urbanística da Avenida Dr. Carlos Campos e ainda o projecto de execução das ligações técnicas de saneamento em Seixo da Beira, envolvendo a ampliação e reabilitação das redes de abastecimento de água e saneamento, cuja obra já se encontra também adjudicada e em execução. Em menor dimensão, foram também desenvolvidos os projectos e adjudicadas as empreitadas relativas à Requalificação Urbanística da Av. D. Manuel I, em Ervedal da Beira, à Requalificação da Envolvente à Praia Fluvial da Ilha do Picoto, em Avô e à Requalificação do Centro Histórico de Aldeia das Dez.

Por último, o ano de 2010 foi ainda marcado por um claro aprofundamento das relações institucionais entre a Câmara Municipal e os diversos organismos externos ao concelho, mas determinantes para a implementação dos instrumentos favoráveis ao seu desenvolvimento, desde logo com o próprio Governo através de alguns dos seus membros, com o Governador Civil de Coimbra, com a CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, com a CIMPIN – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, com a Águas do Zêzere e Côa, SA e com o IAPMEI, entre outros.



[Handwritten signature]
A. J. J.
[Handwritten signature]

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – RECURSOS HUMANOS

Em qualquer organização, a valorização dos recursos humanos é um dos principais instrumentos a favor da produtividade e da obtenção de resultados. No Município também esta perspectiva é completamente válida, tanto mais que é, sobretudo, através dos recursos humanos que a Autarquia tem ao seu serviço e da capacidade que tiver para os qualificar, motivar e dirigir, que melhor pode desenvolver a sua actividade e fomentar o bom funcionamento e a melhoria contínua na capacidade de prestar serviços às populações e responder eficazmente às solicitações e expectativas dos cidadãos.

Em situação normal, este objectivo alcança-se implementando os diversos mecanismos que conduzam à motivação dos recursos humanos, à valorização permanente e aquisição de novas competências, à correcta implementação do sistema de avaliação de desempenho, à disseminação da autoridade e da responsabilidade pelos diversos níveis da estrutura orgânica, à introdução de lógicas de equipa e de grupo e agilização das capacidades de realização grupal e, entre outras, à partilha de experiências e da informação relevante para cada nível organizacional e suas unidades e subunidades.

Tendo em vista este propósito, os órgãos autárquicos aprovaram a nova estrutura orgânica da Câmara Municipal, de acordo com o novo ordenamento jurídico instituído para o efeito e onde se manifestaram preocupações de emagrecimento da estrutura e dos lugares de dirigentes, mas também de reorganização das afinidades e sinergias entre as diversas unidades e subunidades orgânicas, de modo a obter ganhos de eficiência e resultados mais favoráveis no cumprimento da missão do Município junto do seu território e das suas populações.

Todavia, circunstâncias endógenas e exógenas dificultaram sobremaneira a estabilização de uma nova cultura organizacional envolvendo em primeiro lugar a implementação da nova estrutura orgânica e agregando a adequação dos recursos humanos em quantidade e qualidade suficientes ao modelo de funcionamento preconizado.

Quanto às circunstâncias endógenas verificamos que existia e ainda existe um elevado número de trabalhadores em situação precária, cujos contratos a termo cessaram ainda no decorrer do ano de 2010, ou já nos primeiros meses de 2011, ou cessarão no decorrer dos restantes trimestres do ano em curso. Sem prejuízo de se terem verificado algumas situações de inadaptação às novas exigências do mercado de trabalho, onde a competência, o espírito de sacrifício e a produtividade são indispensáveis à manutenção dos postos de trabalho, a verdade é que foram desenvolvidos ainda em 2010 procedimentos concursais destinados a proporcionar oportunidades a quem se mostre imbuído de outra atitude mais positiva no mercado de trabalho. Contudo, estes procedimentos exigem o cumprimento de formalidades que se prolongam por um período de tempo demasiado longo e, em consequência, alguns dos sectores ou equipas de trabalho da Câmara Municipal viram-se privados de parte dos elementos que as integravam, com prejuízos para a própria capacidade de resposta e com necessidades de um esforço adicional por parte dos restantes elementos desses sectores ou equipas.

Exogenamente, verificámos que os constrangimentos orçamentais e financeiros ao nível nacional começaram por seleccionar os chamados funcionários públicos, onde se incluem



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials]

também os trabalhadores municipais, como um dos grupos que deveria começar a contribuir para a compensação dessas dificuldades, com cortes salariais, congelamento das progressões, perda de benefícios e algumas outras medidas com impacto no rendimento disponível dos trabalhadores que, além de ter um efeito de contágio na economia local, tem repercussões na produtividade e na predisposição para novos desafios por parte dos recursos humanos do Município.

Esta situação é particularmente relevante quando, não obstante as dificuldades que atravessam o nosso país, com repercussões directas nas instituições públicas e nos seus trabalhadores, se mantêm para uma organização como a nossa todas as obrigações de prestação de serviços públicos indispensáveis à qualidade de vida e ao funcionamento das comunidades, como sejam o funcionamentos das escolas e equipamentos públicos, a recolha de lixo, o abastecimento de águas às populações, a limpeza de ruas e espaços públicos e tantos outros serviços essenciais à sociedade. E, para além disso, se colocam cada vez mais novos desafios e novas exigências no que concerne à boa gestão e aproveitamento dos recursos disponíveis, designadamente promovendo uma cada vez maior polivalência por parte dos trabalhadores.

Os quadros seguintes reflectem, por um lado, a contagem de saídas de trabalhadores durante o ano de 2010 e, por outro, a contagem de admissões e regressos, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho e género.

CONTAGEM DE SAÍDAS DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA							
	Dirigentes	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Caducidade	M	1,00	1,00	10,00		11,00	23,00
	F		1,00	1,00		19,00	21,00
Conclusão sem sucesso do período experimental	M			1,00			1,00
	F						
Reforma/Aposentação	M			1,00			1,00
	F						
Outras situações	M					1,00	1,00
	F					6,00	6,00
Soma	M	1,00	1,00	12,00		12,00	26,00
Soma	F		1,00	1,00		25,00	27,00
TOTAL		1,00	2,00	13,00		37,00	53,00

CONTAGEM DE TRABALHADORES ADMITIDOS OU REGRESSADOS POR CARGO-CARREIRA							
	Dirigentes	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Procedimento concursal	M			8,00		11,00	19,00
	F			5,00		21,00	26,00
Outras situações	M						
	F						
Soma	M			8,00		11,00	19,00
Soma	F			5,00		21,00	26,00
TOTAL				13,00		32,00	45,00

Do lado das saídas, os dados mais significativos são os relativos aos docentes das AEC – Actividades de Enriquecimento Curricular, devido ao movimento de rotatividade anual, próprio deste tipo de contratações, bem como o número relativo a assistentes operacionais, sendo que este grupo surge depois compensado na contagem dos trabalhadores admitidos e regressados e nas mudanças de situação de trabalhadores.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials]

Do lado da contagem de trabalhadores admitidos ou regressados, verifica-se um aumento dos postos de trabalho no grupo de Assistentes Operacionais que resultou exclusivamente da transição para a situação de contrato de trabalho por tempo indeterminado de 13 assistentes operacionais que anteriormente se encontravam em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, bem como da admissão do conjunto de professores das AEC's para o ano lectivo de 2010/2011.

Relativamente às mudanças de situação dos trabalhadores, este reflecte exactamente o movimento ocorrido com os assistentes operacionais atrás referidos, relativamente aos quais se apresenta o Quadro de contagem das mudanças de situação dos trabalhadores durante o ano, por cargo-categoria, segundo o motivo e género.

CONTAGEM DAS MUDANÇAS DE SITUAÇÃO DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA								
		Dirigentes	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Procedimento concursal	M				8,00			8,00
	F				5,00			5,00
Outras situações	M							
	F							
Soma	M				8,00			8,00
Soma	F				5,00			5,00
TOTAL					13,00			13,00

Em termos globais, o mapa de pessoal no ano de 2010 apresentava um valor total de recursos humanos de 280 trabalhadores, tendo sido registados os seguintes custos, conforme quadro que aqui se apresenta.

TOTAL DE ENCARGOS COM PESSOAL DURANTE O ANO	
Total de Encargos	Valor
Remunerações base	2.432.187,28 €
Suplementos remuneratórios	73.892,39 €
Prémios de desempenho	
Prestações sociais:	294.179,06 €
Abono de família	35.711,00 €
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade	10.993,80 €
Subsídio de educação especial	336,72 €
Subsídio mensal vitalício	
Subsídio de refeição	246.174,44 €
Subsídio de funeral	213,86 €
Subsídio por morte	
Benefícios sociais	
Outras prestações sociais	749,24 €
Outros encargos com pessoal	489.459,93 €
TOTAL DE ENCARGOS	3.289.718,66 €

A análise deste quadro deve ter em conta que os dados nele contidos apenas reflectem os encargos relativos ao pessoal relevante para efeitos de Balanço Social, ou seja, aquele com quem se encontra estabelecido um vínculo laboral, não incluindo, portanto, as despesas com os membros dos órgãos autárquicos ou despesas com pessoal integrado em programas de ocupação do IEFP.

Em relação à mesma totalidade dos recursos humanos, apresenta-se em seguida a sua desagregação por nível de formação, sendo de realçar que houve um desenvolvimento positivo nestes dados, na medida em que se registou um aumento do número de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials:
A. J. P.
A. J. P.
R.
A. J. P.

trabalhadores com formação académica superior, tal como em relação ao número de trabalhadores com escolaridade equivalente ao 3.º ciclo do ensino básico.

CONTAGEM DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE								
		Dirigentes	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Menos de 4 anos de escolaridade	M							
	F							
4 anos de escolaridade	M				52,00			52,00
	F			1,00	26,00			27,00
6 anos de escolaridade	M				28,00		2,00	30,00
	F				17,00			17,00
9.º ano	M			3,00	12,00			15,00
	F			3,00	11,00			14,00
11.º ano	M			2,00	2,00		1,00	5,00
	F			4,00	7,00		1,00	12,00
12.º ano ou equivalente	M			11,00	3,00	1,00	2,00	17,00
	F			14,00	13,00			27,00
Bacharelato	M			2,00				2,00
	F						2,00	2,00
Licenciatura	M	2,00	8,00	1,00	1,00	1,00	11,00	24,00
	F		11,00	3,00			22,00	36,00
Mestrado	M							
	F							
Doutoramento	M							
	F							
Soma	M	2,00	8,00	19,00	98,00	2,00	16,00	145,00
Soma	F		11,00	25,00	74,00		25,00	135,00
TOTAL		2,00	19,00	44,00	172,00	2,00	41,00	280,00

No contexto dos 280 trabalhadores que ocupam vagas no mapa de pessoal aprovado pelos órgãos autárquicos, verifica-se uma incorporação de trabalhadores portadores de deficiência, desagregada segundo o cargo-categoria nos termos em que o quadro abaixo demonstra.

CONTAGEM DE TRABALHADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA POR CARGO-CARREIRA								
		Dirigentes	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Soma	M			1,00	3,00			4,00
Soma	F		1,00	1,00	4,00			6,00
TOTAL			1,00	2,00	7,00			10,00

É de salientar que, em coerência com a prática que vinha sendo seguida nos anos anteriores, também em 2010 se privilegiou a opção pela disponibilização de oportunidades de entrada no mercado de trabalho em regime não precário a trabalhadores portadores de deficiência, sendo que, dos 13 novos trabalhadores admitidos em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, que constam do quadro relativo à contagem de trabalhadores admitidos e regressados, 2 são enquadráveis nessa situação.

Quanto à distribuição do número global de trabalhadores ao serviço do Município, por escalão etário, a contagem foi a seguinte:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials]

		CONTAGEM DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA, SEGUNDO O ESCALÃO ETÁRIO						
		Dirigentes	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Menos de 20 anos	M							
	F							
Entre 20 e 24 anos	M							
	F						1,00	1,00
Entre 25 e 29 anos	M			2,00	3,00		5,00	10,00
	F			1,00	6,00		6,00	13,00
Entre 30 e 34 anos	M	1,00		4,00	4,00	1,00	4,00	14,00
	F		5,00	2,00	9,00		10,00	26,00
Entre 35 e 39 anos	M		2,00	4,00	4,00	1,00	1,00	12,00
	F		2,00	4,00	12,00		2,00	20,00
Entre 40 e 44 anos	M		2,00	2,00	13,00		2,00	19,00
	F		3,00	8,00	10,00		2,00	23,00
Entre 45 e 49 anos	M	1,00		3,00	23,00		1,00	28,00
	F		1,00	5,00	10,00		2,00	18,00
Entre 50 e 54 anos	M	1,00	2,00	3,00	29,00		2,00	37,00
	F			4,00	15,00		1,00	20,00
Entre 55 e 59 anos	M		1,00	1,00	15,00		1,00	18,00
	F			1,00	8,00			9,00
Entre 60 e 64 anos	M				7,00			7,00
	F				3,00			3,00
Entre 65 e 69 anos	M							
	F				1,00		1,00	2,00
Com 70 anos ou mais	M							
	F							
Soma	M	2,00	8,00	19,00	98,00	2,00	16,00	145,00
Soma	F		11,00	25,00	74,00		25,00	135,00
TOTAL		2,00	19,00	44,00	172,00	2,00	41,00	280,00

E segundo a modalidade de vinculação, era esta a contagem:

		CONTAGEM DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA, SEGUNDO A MODALIDADE DE VINCULAÇÃO						
		Dirigentes	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Comissão de serviço	M							
	F							
Contrato por tempo indeterminado	M	2,00	5,00	16,00	78,00	1,00	5,00	107,00
	F		8,00	23,00	54,00		4,00	89,00
Contrato por termo resolutivo certo	M		3,00	3,00	20,00	1,00	11,00	38,00
	F		3,00	2,00	20,00		21,00	46,00
Contrato por tempo resolutivo incerto	M							
	F							
Outra	M							
	F							
Soma	M	2,00	8,00	19,00	98,00	2,00	16,00	145,00
Soma	F		11,00	25,00	74,00		25,00	135,00
TOTAL		2,00	19,00	44,00	172,00	2,00	41,00	280,00

Apesar dos condicionamentos orçamentais e das preocupações na orientação dos recursos, não deixou de ser feito um esforço no sentido de proporcionar aos recursos humanos municipais oportunidades de enriquecimento profissional através da participação em acções de formação.

Esta prática é tanto mais indispensável, quanto a forte dinâmica hoje existente nos diversos procedimentos técnicos e administrativos e a constante mudança e actualização de métodos, com forte incremento de ferramentas baseadas em tecnologias de informação e com novos enquadramentos legais cada vez mais exigentes.

Esse esforço está reflectido no quadro seguinte:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials]

CONTAGEM DE PARTICIPAÇÕES E HORAS EM ACÇÕES DE FORMAÇÃO POR CARGO-CARREIRA								
		Dirigentes	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Internas	Num		1,00	2,00				3,00
	Hor		12,00	12,00				24,00
	€							575,00€
Externas	Num	2,00	8,00	2,00	7,00		3,00	22,00
	Hor	24,00	73,00	21,00	42,00		12,00	172,00
	€							7.153,38 €
Soma de Número de Participações		2,00	9,00	4,00	7,00		3,00	25,00
Soma de Horas dispendidas		24,00	85,00	33,00	42,00		12,00	196,00
Valor dispendido								7.728,38 €

Esta preocupação foi ainda enriquecida com a participação do Município numa acção global promovida no âmbito da CIMPIN destinada a proporcionar a realização de diversas acções de formação apoiadas financeiramente pelo POPH – Programa Operacional do Potencial Humano, com vista a desenvolver aprendizagens e aprofundamento de conhecimentos em áreas essenciais à actividade administrativa e técnica da autarquia.

Para efeitos de análise de ausências dos recursos humanos municipais, apresenta-se também um quadro contendo a desagregação do número de dias de ausência e os respectivos motivos, por cargo-categoria:

DIAS DE AUSÊNCIA POR CARGO-CARREIRA, SEGUNDO O MOTIVO DA AUSÊNCIA								
Cargos-Carreiras		Dirigentes	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Casamento	M							
	F				15,00			15,00
Protecção na parentalidade	M			69,00				69,00
	F		232,00	157,00	151,00			540,00
Falecimento de familiar	M	3,00		7,00	33,00			43,00
	F		3,00	10,00	16,00			29,00
Doença	M		1,00	345,00	1.377,00			1.723,00
	F		62,00	255,00	1.861,00			2.178,00
Acidente de serviço ou doença profissional	M				30,00			30,00
	F			54,00	186,00			240,00
Assistência a familiares	M			10,00	4,00			14,00
	F		1,00	24,00	32,00			57,00
Trabalhador estudante	M							
	F							
Por conta do período de férias	M	11,50	41,50	91,00	90,00	10,00		244,00
	F		54,00	109,50	78,00			241,50
Com perda de vencimento	M							
	F			1,00				1,00
Para cumprimento de pena disciplinar	M							
	F							
Greve	M		2,00	4,00	56,00			62,00
	F		2,00	9,00	6,00			17,00
Faltas injustificadas	M							
	F							
Outros motivos (inclui férias)	M	43,00	201,00	394,00	2.500,50	28,00		3.166,50
	F		243,00	595,00	1.401,00			2.239,00
Soma	M	57,50	245,50	920,00	4.090,50	38,00		5.351,50
Soma	F		597,00	1.214,50	3.746,00			5.557,50
TOTAL		57,50	842,50	2.134,50	7.836,50	38,00		10.909,00

Tal como se transcreve neste quadro, que contem a desagregação atrás indicada,



ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Numa perspectiva de análise mais interna à actividade económica do Município durante o exercício de 2010, não pode deixar de sublinhar-se que o Município se encontrava numa situação de normalidade em termos de tesouraria e de satisfação dos seus compromissos com empreiteiros e fornecedores, o que contribuiu para consolidar a imagem criada ao longo de muitos anos sobre o Município de Oliveira do Hospital como uma entidade pública boa pagadora. A comprová-lo está o facto já referido de nos encontrarmos no restrito grupo dos municípios portugueses com prazos médios de pagamentos inferiores a 90 dias, sendo de cerca de 45 dias, situação que, além de honrosa, tem consequências directas no mercado, designadamente ao nível da redução dos preços praticados nas empreitadas, comparativamente com preços aplicados a trabalhos da mesma natureza em empreitadas promovidas por outros adjudicatários de natureza municipal.

É certo que uma parte significativa das disponibilidades financeiras com que se iniciou o ano de 2010 estava já comprometida com investimentos em curso, já adjudicados ou a aguardar adjudicação e que o empréstimo de 5 milhões de euros, contratado no mandato anterior, estava já utilizado em 3/5 do seu montante. E é também certo que a manutenção da intenção de utilizar a parte restante de 2 milhões de euros trouxe consigo a aplicação de novos encargos adicionais, embora esta decisão seja hoje reconhecida como a mais sensata, comparativamente com aquelas que são actualmente as condições de crédito praticadas, mesmo para as autarquias locais, e o grau de restritividade que as instituições bancárias lhes estão a aplicar.

A autarquia continua, pois, a apresentar uma situação financeira capaz de enfrentar os desafios que lhe têm sido colocados e aqueles a que se propôs, principalmente porque lhe permitem assumir uma posição muito confortável na capacidade de acesso aos eixos de financiamento do QREN, uma vez que, não obstante a melhoria das taxas de comparticipação introduzida pelo I Memorando de Entendimento entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, é imprescindível que a Câmara Municipal disponha de uma elevada capacidade de liquidez que lhe permita suportar a satisfação dos encargos inerentes aos projectos financiados durante um período elevado de tempo até que receba as respectivas comparticipações.

Relativamente ao volume de transferências do Orçamento de Estado, o ano de 2010 antecipou já o que se prevê ser a situação mais drástica que se espera para o ano de 2011, na medida em que ocorreu uma quebra de transferências, face ao previsto no OE 2010, em 293.181,00 €. Prevê-se, portanto, um ano de 2011 com grandes dificuldades, desde logo porque, além dos cortes já estabelecidos naquela receita, que são na proporção de 5% face ao valor arrecadado em 2010 (e de 8,6% face ao inicialmente previsto para 2010), com tendência a serem ainda mais reduzidos em consequência da nova situação de Portugal no contexto europeu, mas também porque em 2011 não irão registar-se receitas extraordinárias do tipo e do volume daquelas que ocorreram em 2008, 2009 e 2010, por via da contracção do empréstimo de 5 milhões de euros.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials, including 'A. J. N.' and a large '2'.

Por outro lado e ao contrário do que certamente acontecerá em 2011, por efeito dos cortes salariais a uma parte dos trabalhadores e agentes municipais, decididos no contexto das medidas de contenção impostas ao nível nacional, o ano de 2010 não registou ainda um decréscimo nas despesas com pessoal, tendo mesmo este agregado crescido 2,93%.

Percorrendo agora os principais projectos previstos em Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2010 e seguintes, destacam-se em seguida aqueles em que se verificou a conclusão ou realização de uma parte substancial das respectivas empreitadas:

- a) Remodelação da Casa dos Magistrados para Biblioteca Municipal, adjudicada por € 592.743,65 e com um volume de despesa em 2010 de € 262.331,05;
- b) Recuperação e preservação do património arqueológico com um volume de despesa de € 59.042,51;
- c) Construção do Polidesportivo de Seixo da Beira, com um volume de despesa de € 44.652,46;
- d) Construção dos equipamentos desportivos e de lazer de apoio ao Centro Educativo de Seixo da Beira, com despesa realizada de € 58.869,22;
- e) Estrada do Vale do Alva, 3.ª Fase, Troço III: Aldeia das Dez / Vale de Maceira, com um volume de despesa no ano de 2010 de € 1.018.361,91;
- f) Caminho Senhor das Almas / São Sebastião da Feira, com despesa realizada no montante de € 209.522,15;
- g) Pavimentação da Rua da Arouça, em Fiais da Beira, com despesa realizada de € 42.707,82;
- h) Rectificação e Pavimentação da EM 509 – Nogueira do Cravo / Aldeia de Nogueira / Oliveira do Hospital, com despesa realizada no montante de € 266.424,26;
- i) Beneficiação da Estrada Oliveira do Hospital / Felgueira Velha, que ainda gerou despesa em 2010 no valor de € 115.463,65;
- j) Beneficiação e Repavimentação da EM 503-1 – ER 230/Lajeosa/EM503, com uma despesa realizada no valor de € 39.511,50 €.

Deve referir-se que três dos investimentos acima indicados foram objecto de candidatura a fundos comunitários através do QREN, todos eles incluídos no pacote da Contratualização no âmbito da CIMPIN. Os dois projectos com tipologia de mobilidade, Estrada do Vale do Alva, 3.ª Fase e EM 509, foram objecto de reprogramação das respectivas candidaturas, em convergência com as alterações regulamentares introduzidas pelo I Memorando de Entendimento entre o Governo e a ANMP e passaram a contemplar como elegível o acréscimo relativo à actualização da taxa de IVA de 5% para 6% e passaram também a beneficiar de uma taxa de participação de 80%.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials]

Para efeitos de enquadramento da situação da Município no que se refere ao acesso aos meios de financiamento proporcionados pelo QREN, apresentam-se em seguida os quadros que reflectem a posição actual do Município.

Quanto às candidaturas apresentadas e aprovadas, incluindo aquelas relativamente às quais foram submetidos pedidos de reprogramação, a situação é a seguinte:

PROJECTOS ENCERRADOS APROVADOS NO ÂMBITO DO QREN - QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA NACIONAL									
Designação do Projecto	Valor Total de Investimento	Valor Elegível	Comparticipação		Despesa realizada	P.P. apresentados	P.P. Reembolsados	Saldo	Comparticipação
			Valor	%					
Remodelação e Ampliação da EB1/JI de Oliveira do Hospital	495.425,47 €	431.224,50 €	344.979,60 €	80,000%	443.662,79 €	328.790,06 €	266.247,33 €	78.732,27 €	
Benef. Rectif. e Paviment. da EM 504 entre Lagares da Beira/Limite do Concelho e Benef. Rectif. e Pavim. da EM 504-2, entre a EM 504 e a povoação de Meruge	682.009,22 €	679.252,97 €	543.402,38 €	80,000%	682.009,22 €	543.402,38 €	454.672,81 €	88.729,57 €	
Soma	1.177.434,69 €	1.110.477,47 €	888.381,98 €	80,000%	1.125.672,01 €	872.192,44 €	720.920,14 €	167.461,84 €	

Os projectos contidos no quadro anterior dizem respeito às candidaturas já concluídas em termos de realização física e financeira, existindo relativamente aos mesmos um saldo de comparticipação FEDER a receber no montante de € 167.461,84.

- a) Para os projectos indicados foram já apresentados os respectivos pedidos de pagamento final e relatórios finais de execução.

PROJECTOS APROVADOS E NÃO ENCERRADOS NO ÂMBITO DO QREN - QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA NACIONAL									
Designação do Projecto	Valor Total de Investimento	Valor Elegível	Comparticipação		Despesa realizada	P.P. apresentados	P.P. Reembolsados	Saldo	Comparticipação
			Valor	%					
Requalificação Urbanística do Largo Rib. Amaral e Req. Da Av. 5 de Outubo, da Rua Gen. Santos Costa e Rua Prof. Antunes Varela, em Oliv. Hospital	2.627.339,68 €	2.360.189,50 €	1.888.151,60 €	80,000%	2.264.937,94 €	1.751.574,27 €	948.152,77 €	939.998,83 €	
Estrada do Vale do Alva - 3.ª Fase: Troço III Aldeia das Dez / Vale de Maceira	1.280.142,94 €	1.278.201,32 €	1.022.561,05 €	80,000%	1.218.980,15 €	377.080,91 €	377.080,91 €	645.480,14 €	
Remodelação da Casa dos Magistrados para Biblioteca Municipal	592.743,65 €	592.743,65 €	349.955,85 €	59,040%	592.084,90 €	105.482,49 €	105.482,49 €	244.473,36 €	
Rectificação e Pavimentação da EM 509 - Nogueira do Cravo / Aldeia de Nogueira / Oliveira do Hospital	907.080,21 €	907.080,21 €	725.664,17 €	80,000%	406.840,42 €	0,00 €	0,00 €	725.664,17 €	
Execução da Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital - Infraestruturas Fase I	491.154,54 €	482.565,73 €	386.052,58 €	80,000%	0,00 €	0,00 €	0,00 €	386.052,58 €	
Soma	5.898.461,02 €	5.620.780,41 €	4.372.385,25 €	77,790%	4.482.843,41 €	2.234.137,67 €	1.430.716,17 €	2.941.669,08 €	

Os projectos transcritos no quadro que antecede referem-se às candidaturas que foram já objecto de decisão e aprovação por parte da Autoridade de Gestão do MaisCentro – Programa Operacional Regional do Centro, as quais se encontram em fase de conclusão ou de execução.

Como se pode verificar, só este conjunto de projectos representa um montante de comparticipação FEDER a reembolsar de quase 3 milhões de euros.

Relativamente às observações contidas no mesmo quadro, deve referir-se:

- b) Este projecto foi objecto de reprogramação, com actualização da taxa de comparticipação para 80%, aguardando-se o pagamento do saldo da comparticipação mencionado. Porém, tendo em conta a inelegibilidade do IVA



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials]

referente ao parque de estacionamento subterrâneo e ao edifício de apoio (cafetaria), bem como à subtracção ao investimento elegível dos valores relativos às componentes do projecto que apresentavam desconformidades regulamentares (referência expressa a marcas), foi subtraído ao mesmo projecto um montante de comparticipação FEDER de aproximadamente 125 mil euros, os quais a Câmara Municipal está a procurar recuperar, através da realização de investimentos complementares de requalificação no contexto da área de intervenção do projecto, cuja elegibilidade está assegurada.

- c) Este projecto encontra-se fisicamente encerrado, com a quase totalidade da despesa elegível realizada e paga, aguardando-se apenas a aprovação do pedido de reprogramação para que possam ser apresentados o pedido de pagamento final e o relatório final de execução e recebido o saldo de comparticipação.
- d) O projecto relativo à Remodelação da Casa dos Magistrados para Biblioteca Municipal encontra-se praticamente concluído em relação à sua empreitada principal, mas ainda não foi objecto de pedido de reprogramação da candidatura, aguardando-se para esse efeito o desenvolvimento dos procedimentos de adjudicação do mobiliário e equipamento, de modo a que estas componentes possam igualmente beneficiar de comparticipação FEDER. Ao mesmo tempo foram desenvolvidas novas diligências junto da DGLB no sentido de obter o financiamento complementar previsto no Protocolo assinado para o efeito em Abril de 2004.
- e) Este projecto foi igualmente objecto de pedido de reprogramação da candidatura, aguardando-se a sua decisão por parte da Autoridade de Gestão.
- f) Este projecto foi submetido a candidatura em Outubro de 2010, a qual foi já aprovada, tendo sido iniciada a execução da empreitada já no decorrer do mês de Abril de 2011.

O quadro seguinte reflecte, finalmente, o conjunto dos investimentos que foram objecto de candidatura no final do ano de 2010, dos quais se aguardam as respectivas decisões de aprovação.

Todas as empreitadas se encontram já adjudicadas e em fase de execução, de tal modo que, logo que os respectivos contratos de financiamento sejam outorgados entre o Município e a Autoridade de Gestão,

PROJECTOS APRESENTADOS E A AGUARDAR DECISÃO NO ÂMBITO DO QREN					
Designação do Projecto	Valor Total de Investimento	Valor Elegível	Comparticipação		Obs
			Valor	%	
Centro Educativo de Nogueira do Cravo	1.218.112,25 €	1.136.774,49 €	909.419,59 €	80,000%	
Saneamento e Abastecimento de Água a Casal do Abade, Pinheirinho, Quinta do Outeiro e Cabeçadas	608.242,55 €	557.325,01 €	445.860,01 €	80,000%	g
Ligações Técnicas de Saneamento de Oliveira do Hospital - Seixo da Beira - Fase II	426.447,38 €	405.133,83 €	324.107,06 €	80,000%	h
Requalificação Urbanística da Av. D. Manuel I e Av. Nova, em Ervedal da Beira	371.185,73 €	369.983,55 €	295.986,84 €	80,000%	i
Requalificação da envolvente da Praia Fluvial da Ilha do Picôto, em Avô	124.204,66 €	124.204,66 €	62.102,33 €	50,000%	j
Requalificação do Centro Histórico de Aldeia das Dez	164.829,99 €	164.829,99 €	82.414,99 €	50,000%	j
Soma	2.913.022,56 €	2.758.251,53 €	2.119.890,82 €	76,856%	



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures]

será dado início à apresentação dos pedidos de pagamento em ordem à arrecadação das correspondentes participações FEDER.

No que respeita às observações contidas no quadro em questão, importa referir que:

- g) Este projecto diz respeito ao conjunto de duas empreitadas, sendo a primeira aquela que foi objecto de rescisão motivada por insolvência da respectiva sociedade adjudicatária e a segunda respeitante aos trabalhos não realizados no âmbito da empreitada inicial. Uma vez que o início da realização de despesas no âmbito deste investimento cabe dentro do período de retroactividade de despesas autorizado pelo Regulamento Específico Ciclo Urbano da Água – Vertente em Baixa, Modelo não Verticalizado, mobilizaram-se os esforços tendentes à obtenção do financiamento FEDER para este projecto.
- h) Este investimento constitui um complemento, de responsabilidade municipal, às obras que simultaneamente estão a ser desenvolvidas por parte da empresa Águas do Zêzere e Côa, SA no âmbito da concessão relativa ao saneamento básico, concretamente em relação às povoações de Seixo da Beira e Póvoa da Barbeira. Perante a oportunidade de obtenção de um valor significativo de financiamento FEDER, não podia a Câmara Municipal deixar de realizar a reabilitação e ampliação das redes de abastecimento de água, saneamento e águas pluviais que estas povoações vinham reclamando e justificando há anos.
- i) Este projecto, embora ainda não tenha sido objecto de apresentação formal de candidatura, foi já formalmente admitido no âmbito do envelope da contratualização com a CIMPIN – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, admissão essa que resultou igualmente da aplicação prática do I Memorando de Entendimento entre o Governo e a ANMP.
- j) Estes projectos foram ambos objecto de candidatura ao conjunto de projectos PROVERE incluídos na Rede das Aldeias de Xisto, no contexto da respectiva EEC – Estratégia de Eficiência Colectiva, da responsabilidade da ADXTUR.

Igualmente significativos em termos financeiros, são merecedores de referência outros projectos e acções inseridos nas Grandes Opções do Plano para o ano de 2010, designadamente os seguintes:

1. A Acção Social Escolar, com uma taxa de execução de 81,543% relativamente ao valor orçamentado e uma expressão de € 212.831,41 em termos absolutos;
2. O Apoio aos Agrupamentos de Escolas, com uma despesa realizada no montante de € 51.825,30, o que representa uma taxa de execução de 69,10%;
3. O apoio ao funcionamento das associações e colectividades, cuja taxa de execução foi de 92,39% corresponde a uma despesa realizada de € 152.450,00;
4. O apoio corrente aos clubes e associações desportivas, num montante de € 333.350,00, com uma taxa de execução de 99,96%;
5. O apoio aos investimentos de clubes, associações e colectividades, no montante de € 100.822,00, com uma taxa de execução de 61,10%;



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A.N.
[Handwritten signature]

6. O apoio aos investimentos por parte de IPSS's do concelho, com um volume de transferências de capital de € 47.500,00 e uma taxa de execução de 55,88%;
7. As ampliações e requalificações de redes de energia eléctrica, com um montante de despesa de € 17.418,08, equivalente a 32,26% do montante orçamentado;
8. As despesas com ampliação de redes de esgotos e construção de ramais de saneamento, no montante de € 41.170,14, com uma taxa de execução de 20,59%;
9. As despesas do mesmo tipo em abastecimento de água, no montante de € 43.992,88, com uma taxa de execução de 51,76% face ao orçamentado;
10. O apoio às associações de Bombeiros, destinado a maquinaria e equipamentos no montante de € 117.600,00, ou destinado ao funcionamento e desenvolvimento das actividades e funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente, no montante de € 105.925,26, com uma taxa de execução conjunta de 81,28%;
11. O apoio à realização de feiras e certames de divulgação e promoção de produtos regionais, atribuído a freguesias, ou a entidades sem fins lucrativos, somando € 88.000,00, valor equivalente a uma taxa de execução de 97,78%;
12. Os investimentos em rede viária e sinalização de execução continuada e com uma expressão recorrente no volume de despesa municipal, como sejam:
 - 12.1 Pontes, aquedutos, muros e obras complementares nas vias municipais – € 61.127,23; 40,75% de taxa de execução;
 - 12.2 Execução, reparação e beneficiação de arruamentos urbanos – € 167.831,86; 24,68% de taxa de execução;
 - 12.3 Execução, reparação e beneficiação de estradas, caminhos e estradões – € 178.402,57; 39,65% de taxa de execução;
 - 12.4 Sinalização toponímica, turística, orientadora, vertical e horizontal de vias municipais – € 59.161,47; 59,16% de taxa de execução;
13. A criação e beneficiação de parques estacionamento, com um investimento de 88.321,79 e com uma taxa de execução de 84,12%;
14. O Fornecimento e Aplicação de Equipamento em Parques Infantis, com uma despesa realizada de € 48.029,42, equivalente a 64,04% de taxa de execução;
15. O apoio aos investimentos por parte das freguesias no montante de € 229.192,93, a que deve acrescer-se o montante de € 500.000,00 atribuído no âmbito da aquisição de terrenos, abertura e beneficiação de vias municipais, ambos representando 77,57% do respectivo montante previsto em PPI;
16. Os encargos com amortizações de empréstimos, cujo montante ascendeu em 2010 a € 407.565,52, que todos eles foram cumpridos integralmente, representando uma taxa de execução de 99,41%.

Justifica-se, agora uma análise abrangente à execução do Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos, razão pela qual se apresentam os seguintes quadros:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

GOP's - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PREVISÃO E EXECUÇÃO							
Classif. Orgânica da Despesa		Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Variação Previsões %	Despesa Paga Total	Variações	
Classif.	Designação					€	%
01	Educação e Formação Profissional	900.500,00 €	965.300,00 €	7,20%	369.204,83 €	-596.095,17 €	-61,75%
001	Ensino Pré-escolar	40.000,00 €	40.000,00 €	0,00%	4.727,98 €	-35.272,02 €	-88,18%
002	Ensino básico, secundário e profissional	822.500,00 €	889.800,00 €	8,18%	352.625,65 €	-537.174,35 €	-60,37%
003	Ensino superior	38.000,00 €	35.500,00 €	-6,58%	11.851,20 €	-23.648,80 €	-66,62%
02	Cultura, Desporto e Tempos Livres	2.383.500,00 €	2.583.750,00 €	8,40%	1.258.346,24 €	-1.325.403,76 €	-51,30%
001	Cultura	1.406.000,00 €	1.422.550,00 €	1,18%	611.906,33 €	-810.643,67 €	-56,99%
002	Desporto	937.500,00 €	1.129.500,00 €	20,48%	617.059,06 €	-512.440,94 €	-45,37%
003	Tempos livres	40.000,00 €	31.700,00 €	-20,75%	29.380,85 €	-2.319,15 €	-7,32%
03	Solidariedade e Acção Social	880.500,00 €	669.450,00 €	-23,97%	66.446,24 €	-603.003,76 €	-90,07%
001	Creches	10.000,00 €	10.000,00 €	0,00%	354,81 €	-9.645,19 €	-96,45%
002	ATL's, centros de dia e lares de 3.ª idade	640.000,00 €	525.000,00 €	-17,97%	47.861,51 €	-477.138,49 €	-90,88%
003	Outras infra-estruturas de acção social	45.000,00 €	45.000,00 €	0,00%	0,00 €	-45.000,00 €	-100,00%
004	Implementação da rede social	10.000,00 €	2.000,00 €	-80,00%	0,00 €	-2.000,00 €	-100,00%
005	Assistência a carenciados	125.000,00 €	46.950,00 €	-62,44%	8.473,80 €	-38.476,20 €	-81,95%
006	Habituação social	40.000,00 €	30.000,00 €	-25,00%	8.656,12 €	-21.343,88 €	-71,15%
007	Apoio a campanhas de solidariedade	10.500,00 €	10.500,00 €	0,00%	1.100,00 €	-9.400,00 €	-89,52%
04	Saúde	210.000,00 €	200.000,00 €	-4,76%	0,00 €	-200.000,00 €	-100,00%
001	Extensões de saúde	185.000,00 €	185.000,00 €	0,00%	0,00 €	-185.000,00 €	-100,00%
002	Outras infra-estruturas de saúde	25.000,00 €	15.000,00 €	-40,00%	0,00 €	-15.000,00 €	-100,00%
05	Habituação e Urbanismo	1.462.500,00 €	1.506.500,00 €	3,01%	171.534,33 €	-1.334.965,67 €	-88,61%
001	Habituação	17.500,00 €	17.500,00 €	0,00%	0,00 €	-17.500,00 €	-100,00%
002	Planeamento urbanístico	30.000,00 €	52.500,00 €	75,00%	45.000,00 €	-7.500,00 €	-14,29%
003	Iluminação pública	60.000,00 €	54.000,00 €	-10,00%	17.418,08 €	-36.581,92 €	-67,74%
004	Urbanização	85.000,00 €	85.000,00 €	0,00%	0,00 €	-85.000,00 €	-100,00%
005	Intervenções de requalificação urbanística	1.270.000,00 €	1.297.500,00 €	2,17%	109.116,25 €	-1.188.383,75 €	-91,59%
06	Saneamento e Salubridade	900.000,00 €	955.000,00 €	6,11%	208.768,75 €	-746.231,25 €	-78,14%
001	Saneamento	520.000,00 €	630.000,00 €	21,15%	48.208,74 €	-581.791,26 €	-92,35%
002	Higiene pública	200.000,00 €	200.000,00 €	0,00%	122.222,67 €	-77.777,33 €	-38,89%
003	Cemitérios	180.000,00 €	125.000,00 €	-30,56%	38.337,34 €	-86.662,66 €	-69,33%
07	Segurança e Protecção Civil	490.000,00 €	535.000,00 €	9,18%	240.451,56 €	-294.548,44 €	-55,06%
002	Corporações de bombeiros	190.000,00 €	275.000,00 €	44,74%	223.525,26 €	-51.474,74 €	-18,72%
003	Prevenção e combate a fogos florestais	270.000,00 €	230.000,00 €	-14,81%	16.926,30 €	-213.073,70 €	-92,64%
004	Serviço municipal de protecção civil	5.000,00 €	5.000,00 €	0,00%	0,00 €	-5.000,00 €	-100,00%
005	Intempéries / situações de calamidade	25.000,00 €	25.000,00 €	0,00%	0,00 €	-25.000,00 €	-100,00%
08	Desenv. Económico e Abastecimento Público	1.325.000,00 €	1.309.000,00 €	-1,21%	295.668,83 €	-1.013.331,17 €	-77,41%
001	Água	390.000,00 €	465.000,00 €	19,23%	76.806,00 €	-388.194,00 €	-93,48%
002	Turismo	312.500,00 €	252.500,00 €	-19,20%	1.955,65 €	-250.544,35 €	-99,23%
003	Mercados e Feiras	35.000,00 €	35.000,00 €	0,00%	7.640,75 €	-27.359,25 €	-78,17%
004	Eventos dinamizadores da activ. económica	140.000,00 €	145.000,00 €	3,57%	112.067,97 €	-32.932,03 €	-22,71%
005	Espaços de localiz. empresarial e incubação	212.500,00 €	212.500,00 €	0,00%	35.500,89 €	-176.999,11 €	-83,29%
006	Urbanismo comercial	45.000,00 €	100.000,00 €	122,22%	54.965,95 €	-45.034,05 €	-45,03%
007	Programa municipal de fomento empresarial	190.000,00 €	99.000,00 €	-47,89%	6.731,62 €	-92.268,38 €	-93,20%
09	Comunicações e Transportes	7.185.000,00 €	7.010.700,00 €	-2,43%	2.800.326,11 €	-4.210.373,89 €	-60,06%
001	Rede viária e sinalização	6.220.000,00 €	6.280.700,00 €	0,98%	2.712.004,32 €	-3.568.695,68 €	-56,82%
002	Transportes	865.000,00 €	575.000,00 €	-33,53%	0,00 €	-575.000,00 €	-100,00%
003	Estacionamento	100.000,00 €	155.000,00 €	55,00%	88.321,79 €	-66.678,21 €	-43,02%
10	Defesa do Meio Ambiente	343.500,00 €	306.800,00 €	-10,68%	69.743,87 €	-237.056,13 €	-77,27%
001	Prevenção monitoriz. e combate à poluição	16.000,00 €	16.000,00 €	0,00%	0,00 €	-16.000,00 €	-100,00%
002	Parques e jardins	230.000,00 €	193.300,00 €	-15,96%	68.948,87 €	-124.351,13 €	-64,33%
003	Recursos naturais	82.500,00 €	82.500,00 €	0,00%	795,00 €	-81.705,00 €	-99,04%
004	Educação e sensibilização ambiental	15.000,00 €	15.000,00 €	0,00%	0,00 €	-15.000,00 €	-100,00%
11	Modernização dos Serviços	206.000,00 €	218.000,00 €	5,83%	59.044,17 €	-158.955,83 €	-72,92%
001	Órgãos a utáquicos	36.500,00 €	36.500,00 €	0,00%	2.981,03 €	-33.518,97 €	-91,83%
002	Racionalização	90.000,00 €	102.000,00 €	13,33%	34.121,42 €	-67.878,58 €	-66,55%
003	Edifício dos Paços do Concelho	25.000,00 €	25.000,00 €	0,00%	15,98 €	-24.984,02 €	-99,94%
004	Estaleiro municipal	54.500,00 €	54.500,00 €	0,00%	21.925,74 €	-32.574,26 €	-59,77%
12	Descentralização	520.000,00 €	440.000,00 €	-15,38%	229.192,93 €	-210.807,07 €	-47,91%
001	Freguesias	520.000,00 €	440.000,00 €	-15,38%	229.192,93 €	-210.807,07 €	-47,91%
13	Administração Financeira	427.500,00 €	536.500,00 €	25,50%	515.691,52 €	-20.808,48 €	-3,88%
001	Empréstimos	400.000,00 €	410.000,00 €	2,50%	407.565,52 €	-2.434,48 €	-0,59%
002	Activos financeiros	25.000,00 €	25.000,00 €	0,00%	7.000,00 €	-18.000,00 €	-72,00%
003	Outros	2.500,00 €	101.500,00 €	3960,00%	101.126,00 €	-374,00 €	-0,37%
14	Protocolos de Geminação	15.000,00 €	15.000,00 €	0,00%	0,00 €	-15.000,00 €	-100,00%
001	Cidade de Santana, Cantagalvo, São Tomé Pr.	15.000,00 €	15.000,00 €	0,00%	0,00 €	-15.000,00 €	-100,00%
15	Tecnologia e Inovação	104.000,00 €	102.000,00 €	-1,92%	1.392,79 €	-100.607,21 €	-98,63%
001	Generalização do uso de TIC's	44.000,00 €	42.000,00 €	-4,55%	1.392,79 €	-40.607,21 €	-96,68%
002	Incremento da inovação e do conhecimento	60.000,00 €	60.000,00 €	0,00%	0,00 €	-60.000,00 €	-100,00%
16	Participação em Assoc. de Municípios	65.500,00 €	65.500,00 €	0,00%	7.353,27 €	-58.146,73 €	-88,77%
001	Comunidade Intermunicipal do Pinhal	28.000,00 €	28.000,00 €	0,00%	0,00 €	-28.000,00 €	-100,00%
002	Comum. Intermun. Pinhal Interior Norte	37.500,00 €	37.500,00 €	0,00%	7.353,27 €	-30.146,73 €	-80,39%
TOTAL DO PPI ...		17.418.500,00 €	17.418.500,00 €	0,00%	6.293.165,44 €	-10.778.111,80 €	-61,88%
TAXA DE EXECUÇÃO GLOBAL DO PPI ...							36,13%



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials:
Agn
2
[Signature]

GOP's - ANÁLISE DE EVOLUÇÃO BIENAL							
Classif. Orgânica da Despesa		Despesa Paga	Ponderações	Despesa Paga	Ponderações	Variações (2010-2009)	
Classif.	Designação	Total (2010)	%	Total (2009)	%	€	%
01	Educação e Formação Profissional	369.204,83 €	5,87%	865.094,50 €	10,16%	-495.889,67 €	-57,32%
001	Ensino Pré-escolar	4.727,98 €	0,08%	6.909,17 €	0,08%	-2.181,19 €	-31,57%
002	Ensino básico, secundário e profissional	352.625,65 €	5,60%	854.563,80 €	10,04%	-501.938,15 €	-58,74%
003	Ensino superior	11.851,20 €	0,19%	3.621,53 €	0,04%	8.229,67 €	227,24%
02	Cultura, Desporto e Tempos Livres	1.258.346,24 €	20,00%	1.152.527,89 €	13,54%	105.818,35 €	9,18%
001	Cultura	611.906,33 €	9,72%	494.390,83 €	5,81%	117.515,50 €	23,77%
002	Desporto	617.059,06 €	9,81%	623.671,24 €	7,33%	-6.612,18 €	-1,06%
002	Tempos livres	29.380,85 €	0,47%	34.465,82 €	0,40%	-5.084,97 €	-14,75%
03	Solidariedade e Acção Social	66.446,24 €	1,06%	91.263,23 €	1,07%	-24.816,99 €	-27,19%
001	Creches	354,81 €	0,01%	94,96 €	0,00%	259,85 €	273,64%
002	ATL's, centros de dia e lares de 3.ª idade	47.861,51 €	0,76%	43.708,86 €	0,51%	4.152,65 €	9,50%
003	Outras infra-estruturas de acção social	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
004	Implementação da rede social	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
005	Assistência a carenciados	8.473,80 €	0,13%	37.775,00 €	0,44%	-29.301,20 €	-77,57%
006	Habituação social	8.656,12 €	0,14%	8.244,41 €	0,10%	411,71 €	4,99%
007	Apoio a campanhas de solidariedade	1.100,00 €	0,02%	1.440,00 €	0,02%	-340,00 €	-23,61%
04	Saúde	0,00 €	0,00%	55.000,00 €	0,65%	-55.000,00 €	-100,00%
001	Extensões de saúde	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
002	Outras infra-estruturas de saúde	0,00 €	0,00%	55.000,00 €	0,65%	-55.000,00 €	-100,00%
05	Habituação e Urbanismo	171.534,33 €	2,73%	2.102.737,93 €	24,70%	-1.931.203,60 €	-91,84%
001	Habituação	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
002	Planeamento urbanístico	45.000,00 €	0,72%	0,00 €	0,00%	45.000,00 €	0,00%
003	Iluminação pública	17.418,08 €	0,28%	68.563,71 €	0,81%	-51.145,63 €	-74,60%
004	Urbanização	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
005	Intervenções de requalificação urbanística	109.116,25 €	1,73%	2.034.174,22 €	23,89%	-1.925.057,97 €	-94,64%
06	Saneamento e Salubridade	208.768,75 €	3,32%	445.050,64 €	5,23%	-236.281,89 €	-53,09%
001	Saneamento	48.208,74 €	0,77%	314.332,78 €	3,69%	-266.124,04 €	-84,66%
002	Higiene pública	122.222,67 €	1,94%	100.717,86 €	1,18%	21.504,81 €	21,35%
003	Cemitérios	38.337,34 €	0,61%	30.000,00 €	0,35%	8.337,34 €	27,79%
07	Segurança e Protecção Civil	240.451,56 €	3,82%	225.620,89 €	2,65%	14.830,67 €	6,57%
002	Corporações de bombeiros	223.525,26 €	3,55%	204.069,70 €	2,40%	19.455,56 €	9,53%
003	Prevenção e combate a fogos florestais	16.926,30 €	0,27%	20.688,44 €	0,24%	-3.762,14 €	-18,18%
004	Serviço municipal de protecção civil	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
005	Intempéries /situações de calamidade	0,00 €	0,00%	862,75 €	0,01%	-862,75 €	-100,00%
08	Desenv. Económico e Abastecimento Público	295.668,83 €	4,70%	376.451,64 €	4,42%	-80.782,81 €	-21,46%
001	Água	76.806,00 €	1,22%	179.574,01 €	2,11%	-102.768,01 €	-57,23%
002	Turismo	1.955,65 €	0,03%	20.684,75 €	0,24%	-18.729,10 €	-90,55%
003	Mercados e Feiras	7.640,75 €	0,12%	1.399,14 €	0,02%	6.241,61 €	446,10%
004	Eventos dinamizadores da activ. económica	112.067,97 €	1,78%	28.930,40 €	0,34%	83.137,57 €	287,37%
005	Espaços de localiz. empresarial e incubação	35.500,89 €	0,56%	103.923,34 €	1,22%	-68.422,45 €	-65,84%
006	Urbanismo comercial	54.965,95 €	0,87%	39.440,00 €	0,46%	15.525,95 €	39,37%
007	Programa municipal de fomento empresarial	6.731,62 €	0,11%	2.500,00 €	0,03%	4.231,62 €	169,26%
09	Comunicações e Transportes	2.800.326,11 €	44,50%	2.515.402,98 €	29,54%	284.923,13 €	11,33%
001	Rede viária e sinalização	2.712.004,32 €	43,09%	2.515.151,42 €	29,54%	196.852,90 €	7,83%
002	Transportes	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
003	Estacionamento	88.321,79 €	1,40%	251,56 €	0,00%	88.070,23 €	35009,63%
10	Defesa do Meio Ambiente	69.743,87 €	1,11%	45.436,85 €	0,53%	24.307,02 €	53,50%
001	Prevenção monitoriz. e combate à poluição	0,00 €	0,00%	13.855,96 €	0,16%	-13.855,96 €	-100,00%
002	Parques e jardins	68.948,87 €	1,10%	30.686,89 €	0,36%	38.261,98 €	124,69%
003	Recursos naturais	795,00 €	0,01%	306,00 €	0,00%	489,00 €	159,80%
004	Educação e sensibilização ambiental	0,00 €	0,00%	588,00 €	0,01%	-588,00 €	-100,00%
11	Modernização dos Serviços	59.044,17 €	0,94%	84.479,46 €	0,99%	-25.435,29 €	-30,11%
001	Órgãos autárquicos	2.981,03 €	0,05%	3.278,35 €	0,04%	-297,32 €	-9,07%
002	Racionalização	34.121,42 €	0,54%	69.731,58 €	0,82%	-35.610,16 €	-51,07%
003	Edifício dos Paços do Concelho	15,98 €	0,00%	4.797,49 €	0,06%	-4.781,51 €	-99,67%
004	Estaleiro municipal	21.925,74 €	0,35%	6.672,04 €	0,08%	15.253,70 €	228,62%
12	Descentralização	229.192,93 €	3,64%	315.326,00 €	3,70%	-86.133,07 €	-27,32%
001	Freguesias	229.192,93 €	3,64%	315.326,00 €	3,70%	-86.133,07 €	-27,32%
13	Administração Financeira	515.691,52 €	8,19%	235.287,03 €	2,76%	280.404,49 €	119,18%
001	Empréstimos	407.565,52 €	6,48%	235.287,03 €	2,76%	172.278,49 €	73,22%
002	Activos financeiros	7.000,00 €	0,11%	0,00 €	0,00%	7.000,00 €	0,00%
003	Outros	101.126,00 €	1,61%	0,00 €	0,00%	101.126,00 €	0,00%
14	Protocolos de Geminação	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
001	Cidade de Santana, Cantagalo, São Tomé Pr.	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
15	Tecnologia e Inovação	1.392,79 €	0,02%	3.314,29 €	0,04%	-1.921,50 €	-57,98%
001	Generalização do uso de TIC's	1.392,79 €	0,02%	3.314,29 €	0,04%	-1.921,50 €	-57,98%
001	Incremento da inovação e do conhecimento	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
16	Participação em Assoc. de Municípios	7.353,27 €	0,12%	1.200,00 €	0,01%	6.153,27 €	512,77%
001	Comunidade Intermunicipal do Pinhal	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
001	Comum. Intermun. Pinhal Interior Norte	7.353,27 €	0,12%	1.200,00 €	0,01%	6.153,27 €	512,77%
TOTAL DE DESPESAS ...		6.293.165,44 €	100,00%	8.514.193,33 €	100,00%	-2.221.027,89 €	-26,09%



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten initials and numbers: "A91" and "2" with a signature.

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – ORÇAMENTO

Quanto à análise à execução orçamental referente ao ano de 2010, verificou-se uma estabilização das taxas de execução da receita e da despesa face aos valores orçamentados, ligeiramente acima dos 60%, o que acompanha os registos dos últimos anos.

RECEITA - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PREVISÃO E EXECUÇÃO							
Classif. Económica da Receita		Previsões iniciais	Previsões corrigidas	Varição Previsões	Receita Cobrada Líquida	Variações	
Classif.	Designação			%		€	%
01	Impostos directos	2.395.000,00 €	2.395.000,00 €	0,00%	2.230.065,23 €	-164.934,77 €	-6,89%
02	Impostos indirectos	212.500,00 €	212.500,00 €	0,00%	72.112,31 €	-140.387,69 €	-66,06%
04	Taxas, multas e outras penalidades	1.038.500,00 €	1.038.500,00 €	0,00%	948.579,98 €	-89.920,02 €	-8,66%
05	Rendimentos da propriedade	711.000,00 €	711.000,00 €	0,00%	447.208,19 €	-263.791,81 €	-37,10%
06	Transferências correntes	7.482.900,00 €	7.482.900,00 €	0,00%	5.635.132,83 €	-1.847.767,17 €	-24,69%
07	Venda de bens e serviços correntes	1.857.500,00 €	1.857.500,00 €	0,00%	1.187.951,22 €	-669.548,78 €	-36,05%
08	Outras receitas correntes	119.560,00 €	119.560,00 €	0,00%	6.798,24 €	-112.761,76 €	-94,31%
	TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	13.816.960,00 €	13.816.960,00 €	0,00%	10.527.848,00 €	-3.289.112,00 €	-23,80%
09	Venda de bens de investimento	740.000,00 €	740.000,00 €	0,00%	1.974,38 €	-738.025,62 €	-99,73%
10	Transferências de capital	9.797.890,00 €	9.797.890,00 €	0,00%	3.645.423,49 €	-6.152.466,51 €	-62,79%
11	Activos financeiros	5.000,00 €	5.000,00 €	0,00%	0,00 €	-5.000,00 €	-100,00%
12	Passivos financeiros	2.000.000,00 €	2.000.000,00 €	0,00%	2.000.000,00 €	0,00 €	0,00%
13	Outras receitas de capital	5.000,00 €	5.000,00 €	0,00%	0,00 €	-5.000,00 €	-100,00%
	TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	12.547.890,00 €	12.547.890,00 €	0,00%	5.647.397,87 €	-6.900.492,13 €	-54,99%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	5.000,00 €	5.000,00 €	0,00%	1.229,75 €	-3.770,25 €	-75,41%
	TOTAL DE REPOSIÇÕES	5.000,00 €	5.000,00 €	0,00%	1.229,75 €	-3.770,25 €	-75,41%
	TOTAL DE RECEITAS	26.369.850,00 €	26.369.850,00 €	0,00%	16.176.475,62 €	-10.193.374,38 €	-38,66%

No caso das receitas a taxa de execução foi de 61,34%, em linha com o percurso dos últimos anos, mas ligeiramente inferior à taxa de execução verificada no ano de 2009. Uma das mais relevantes circunstâncias a contribuir para este decréscimo na capacidade de aproximação entre previsão e realização foi a do corte de quase 300 mil euros no volume de transferência do Orçamento de Estado.

Relativamente às despesas e como adiante se poderá observar no respectivo quadro,

DESPESA - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PREVISÃO E EXECUÇÃO							
Classif. Económica da Despesa		Previsões iniciais	Previsões corrigidas	Varição Previsões	Despesa Paga Total	Variações	
Classif.	Designação			%		€	%
01	Despesas com o pessoal	4.786.950,00 €	4.360.790,00 €	-8,90%	4.249.807,26 €	-110.982,74 €	-2,55%
02	Aquisição de bens e serviços	4.342.900,00 €	4.714.910,00 €	8,57%	3.480.438,97 €	-1.234.471,03 €	-26,18%
03	Juros e outros encargos	45.500,00 €	59.500,00 €	30,77%	39.492,07 €	-20.007,93 €	-33,63%
05	Transferências correntes	1.522.500,00 €	1.519.880,00 €	-0,17%	1.148.162,59 €	-371.717,41 €	-24,46%
05	Subsídios	70.000,00 €	70.000,00 €	0,00%	67.905,52 €	-2.094,48 €	-2,99%
06	Outras despesas correntes	160.000,00 €	125.770,00 €	-21,39%	118.437,34 €	-7.332,66 €	-5,83%
	TOTAL DE DESPESAS CORRENTES	10.927.850,00 €	10.850.850,00 €	-0,70%	9.104.243,75 €	-1.746.606,25 €	-16,10%
07	Aquisição de bens de capital	12.649.500,00 €	12.649.500,00 €	0,00%	3.312.895,59 €	-9.336.604,41 €	-73,81%
08	Transferências de capital	2.365.000,00 €	2.333.000,00 €	-1,35%	1.208.143,29 €	-1.124.856,71 €	-48,22%
09	Activos financeiros	25.000,00 €	25.000,00 €	0,00%	7.000,00 €	-18.000,00 €	-72,00%
10	Passivos financeiros	400.000,00 €	410.000,00 €	2,50%	407.565,52 €	-2.434,48 €	-0,59%
11	Outras despesas de capital	2.500,00 €	101.500,00 €	3960,00%	101.126,00 €	-374,00 €	-0,37%
	TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL	15.442.000,00 €	15.519.000,00 €	0,50%	5.036.730,40 €	-10.482.269,60 €	-67,54%
	TOTAL DE DESPESAS	26.369.850,00 €	26.369.850,00 €	0,00%	14.140.974,15 €	-12.228.875,85 €	-46,37%

a sua taxa foi de 53,63%, bastante abaixo do nível de variações que tem vindo a ser registado. A explicação para este facto encontra-se de forma mais vincada na variação relativa a aquisição de bens de capital em que, se por um lado, ocorreu um excesso de previsão de investimentos, como forma de sinalizar novas acções com as quais o Executivo se quis comprometer, por outro lado, houve um abrandamento no ritmo de



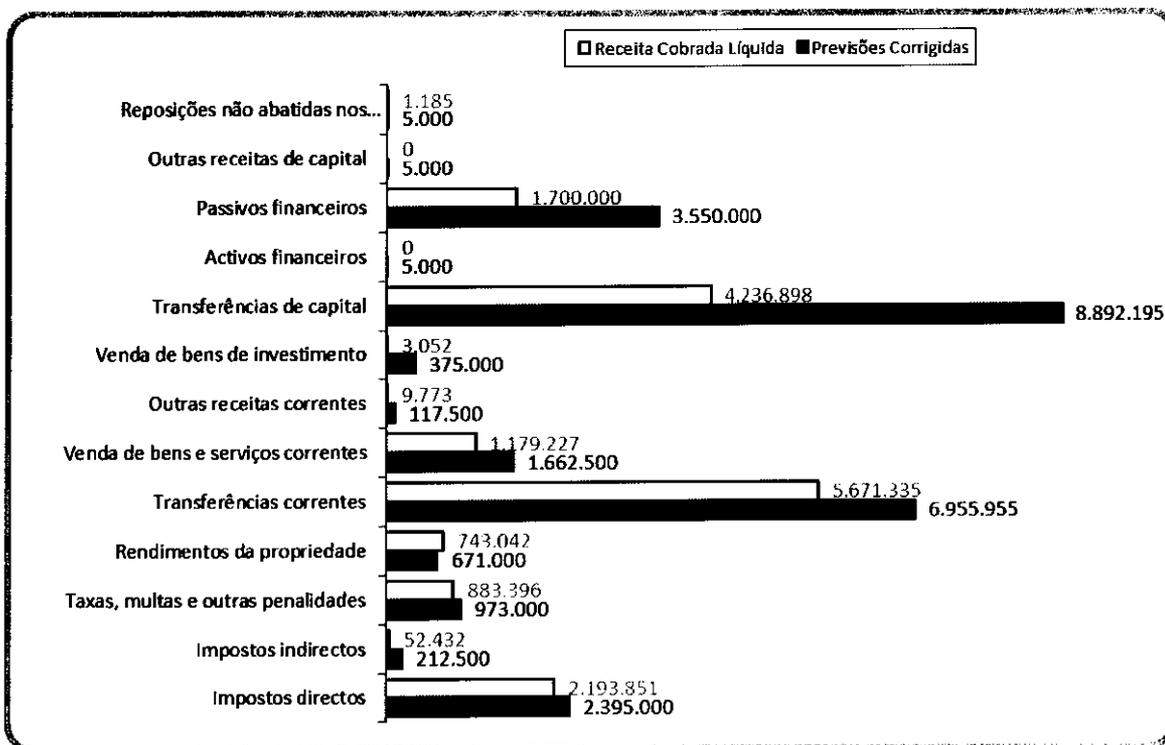
MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials]

execução de algumas empreitadas, que mereceram alguma ponderação e ajustamento cronológico por parte do Executivo, de modo a assegurar as condições necessárias à satisfação dos respectivos encargos.

A tais resultados não é também alheia a conjuntura nacional, com repercussões a nível municipal, conforme já foi referido no enquadramento inicial e que, quer do lado das receitas, quer, em consequência, do lado das despesas, provoca um cada vez maior afastamento entre as previsões e as respectivas realizações. Este afastamento será tanto mais agravado se as previsões se mantiverem ao mesmo nível dos anos anteriores e se a sua execução for cada vez mais condicionada e travada pela quebra de dinâmica na sociedade e na economia local.

Em termos relativos, as maiores diferenças nos grandes agregados da receita entre previsões corrigidas e receita cobrada líquida, no exercício económico relativo ao ano de 2010, ocorreram nos impostos indirectos, nas outras receitas correntes, na venda de bens de investimento, nas transferências de capital, nos activos financeiros e nas outras receitas de capital.



Em termos absolutos, perspectiva que é mais relevante para esta análise, as diferenças mais substanciais verificam-se nas transferências correntes e nas transferências de capital. As primeiras são, por natureza, o agregado mais susceptível de gerar taxas de execução de receita mais baixas, na medida em que, em termos orçamentais, se utilizam como mecanismo para inscrição do lado das receitas das verbas necessárias à cobertura do excesso de previsão, do lado das despesas, de um conjunto de programas e acções nas GOP que resultam dos compromissos políticos estabelecidos no seio do Executivo Municipal e na interacção deste com as freguesias e instituições de interesse colectivo e, também, do interesse estratégico em contemplar iniciativas que, mesmo que não



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

correspondam a financiamentos já completamente assegurados, é necessário que estejam sinalizados como forma de permitir o aproveitamento das oportunidades de financiamento logo que estas se manifestem.

As transferências de capital, embora também influenciadas por uma abordagem semelhante à atrás referida, são geradoras de insuficiente desempenho por via de outros factores, designadamente por via da diferença de ritmo entre a capacidade da autarquia em realizar obras e gerar despesa elegível nos projectos comparticipados pelo FEDER e a resposta das instituições responsáveis na entrega à Câmara Municipal das respectivas participações. No caso concreto do ano de 2010 verificou-se ainda a circunstância de, durante um determinado período, que ainda se mantém para alguns projectos, estar a Câmara Municipal impedida de apresentar pedidos de pagamento para obras financiadas que tivessem sido objecto de pedidos de reprogramação das respectivas candidaturas, porque as determinações das instituições e as plataformas informáticas assim o obrigaram, apesar de, durante esse período, continuarem a decorrer as obras e a ser realizada e paga a respectiva despesa.

Esta situação é bem visível, aliás, na análise já produzida à situação do Município no contexto dos investimentos financiados pelo QREN.

No ano em análise as receitas de capital situaram-se na proporção de 34,91% do total das receitas orçamentais realizadas efectivamente, representando um ligeiro decréscimo face ao valor homólogo concretizado no ano anterior, que foi de 35,62% e que encontra explicação no que atrás foi referido a propósito das transferências de capital.

RECEITA - ANÁLISE DE EVOLUÇÃO BIENAL							
Classif. Económica da Receita		Receita Cobrada	Ponderações	Receita Cobrada	Ponderações	Variações (2010-2009)	
Classif.	Designação	Líquida (2010)	%	Líquida (2009)	%	€	%
01	Impostos directos	2.230.065,23 €	13,79%	2.193.850,79 €	13,16%	36.214,44 €	1,65%
02	Impostos indirectos	72.112,31 €	0,45%	52.432,39 €	0,31%	19.679,92 €	37,53%
04	Taxas, multas e outras penalidades	948.579,98 €	5,86%	883.396,16 €	5,30%	65.183,82 €	7,38%
05	Rendimentos da propriedade	447.208,19 €	2,76%	743.042,19 €	4,46%	-295.834,00 €	-39,81%
06	Transferências correntes	5.635.132,83 €	34,84%	5.671.335,37 €	34,01%	-36.202,54 €	-0,64%
07	Venda de bens e serviços correntes	1.187.951,22 €	7,34%	1.179.227,44 €	7,07%	8.723,78 €	0,74%
08	Outras receitas correntes	6.798,24 €	0,04%	9.773,29 €	0,06%	-2.975,05 €	-30,44%
	TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	10.527.848,00 €	65,08%	10.733.057,63 €	64,37%	-205.209,63 €	-1,91%
09	Venda de bens de investimento	1.974,38 €	0,01%	3.052,38 €	0,02%	-1.078,00 €	-35,32%
10	Transferências de capital	3.645.423,49 €	22,54%	4.236.897,76 €	25,41%	-591.474,27 €	-13,96%
11	Activos financeiros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
12	Passivos financeiros	2.000.000,00 €	12,36%	1.700.000,00 €	10,20%	300.000,00 €	17,65%
13	Outras receitas de capital	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
	TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	5.647.397,87 €	34,91%	5.939.950,14 €	35,62%	-292.552,27 €	-4,93%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	1.229,75 €	0,01%	1.185,43 €	0,01%	44,32 €	3,74%
	TOTAL DE REPOSIÇÕES	1.229,75 €	0,01%	1.185,43 €	0,01%	44,32 €	3,74%
	TOTAL DE RECEITAS	16.176.475,62 €	100,00%	16.674.193,20 €	100,00%	-497.717,58 €	-2,98%

Na comparação em termos absolutos com o ano de 2009 e apesar de se ter verificado a transferência do valor de 2 milhões de euros do empréstimo, superior em 300.000,00 € ao valor de transferência da mesma natureza ocorrida no ano anterior, as receitas de capital registaram uma redução de 292.552,27 €, ou seja, de menos 4,93%, tendo relevado para este resultado o já referido impedimento à apresentação de pedidos de pagamento relativos a projectos financiados que se encontravam a aguardar decisões de aprovação das respectivas reprogramações das candidaturas. Bastaria, por exemplo, que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signature]
AJP
2

esse impedimento não tivesse existido em relação à Estrada do Vale do Alva, 3.ª Fase, por exemplo, para que a realidade fosse outra. Basta referir que na data em que o presente documento está a ser produzido, esta reprogramação ainda não se encontra aprovada, embora nada aponte para que o não seja.

[Handwritten signature]

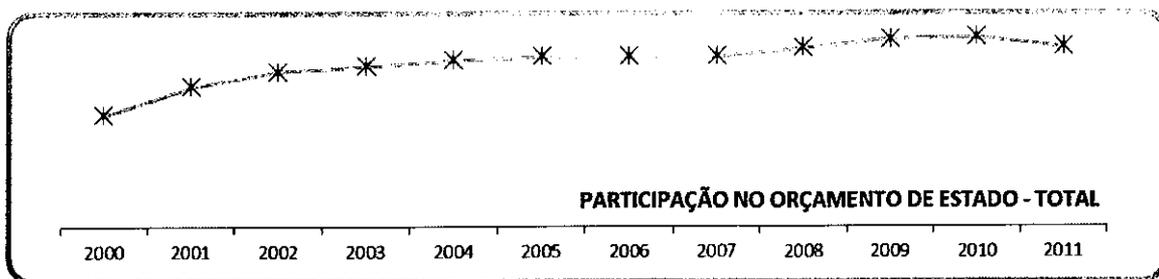
As receitas correntes registaram também uma redução em termos absolutos na comparação com o ano anterior, no montante de 205.209,63 €, equivalente a menos 1,91% sendo que, naturalmente, reflectem em termos relativos uma ponderação superior à verificada no ano de 2009.

A maior expressão das receitas é inevitavelmente assumida pelas transferências, quer correntes, quer de capital, onde naturalmente estão incluídas as transferências do Orçamento de Estado sob a forma de Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS. A esta fonte de receitas acrescentam-se depois, em função das dinâmicas que a Câmara Municipal pode criar no desenvolvimento de projectos com financiamento externo, as transferências de capital relativas à participação financeira em projectos co-financiados.

Numa autarquia do interior do país onde a situação económica e social é bastante mais débil do que o foi há alguns anos atrás, designadamente em consequência dos efeitos no tecido empresarial local da abertura internacional dos mercados aos novos produtores asiáticos, onde a nossa localização geográfica em território de baixa densidade, com reduzida capacidade de atracção de novos investimentos com forte incorporação de capitais e de mão-de-obra, não é de estranhar que as receitas próprias tenham uma expressão tão reduzida, que ronda a proporção de 30% face ao total de receitas, tanto mais que não é uma realidade que possa ser transformada sem que esse impacto seja transferido directamente para as pessoas e para os utentes e beneficiários dos bens e serviços prestados pela autarquia. E este também não é o momento para introduzir mudanças drásticas nesta matéria.

Daí que sejam de primordial importância, no conjunto das fontes de financiamento do Orçamento Municipal, as transferências do Orçamento de Estado, com as quais se alimentam de forma substancial os encargos certos e permanentes do Município. Dada a sua relevância, importa introduzir a análise evolutiva relativa ao último quinquénio.

Antes disso e, numa tentativa de traduzir graficamente a situação já anteriormente adiantada relativamente ao que poderá ser o percurso futuro desta fonte de receitas e do impacto que essa mudança terá naturalmente que ter em termos de influência e de impacto nas decisões municipais que implicam realização de despesa, apresenta-se a evolução dos últimos 12 anos, incluindo o valor previsto para 2011:





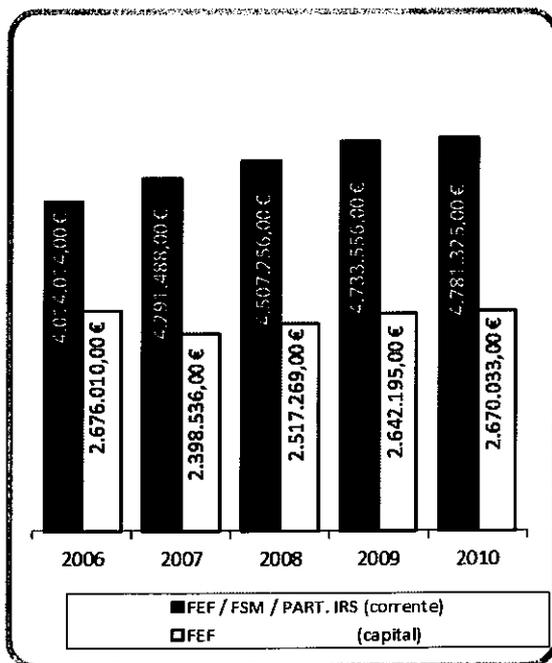
MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures]

Na análise relativa aos últimos 5 anos pode observar-se qual foi a evolução das transferências regulares do Orçamento de Estado para o Município, confirmando-se que o crescimento nos anos de 2008 e de 2009 foi de 5%, face aos anteriores, sendo também observável que os anos de 2006 e 2007 tiveram aumento nulo. Apesar de tudo, o ano de 2010, que já reflectiu um corte no volume de transferências, em consequência da aplicação ao nível nacional das medidas de contenção da despesa pública, apresentou ainda um aumento de 1,03%, muito inferior àquele que seria o aumento de 5%, caso não tivesse sido determinado o corte nas transferências.

PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO DE ESTADO - ANÁLISE QUINQUENAL					
Designação	2006	2007	2008	2009	2010
FEF / FSM / PART. IRS (corrente)	4.014.014,00 €	4.291.488,00 €	4.507.256,00 €	4.733.556,00 €	4.781.325,00 €
FEF (capital)	2.676.010,00 €	2.398.536,00 €	2.517.269,00 €	2.642.195,00 €	2.670.033,00 €
Evolução face ao ano anterior	0,00%	0,00%	5,00%	5,00%	1,03%

Graficamente, a evolução quinquenal das duas componentes da participação financeira no Orçamento de Estado, separadas entre receitas correntes relativas a Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS e receitas de capital compostas exclusivamente por Fundo de Equilíbrio Financeiro (parte de capital), pode apresentar-se do seguinte modo.



Como se pode observar, o crescimento verificado até 2009 foi mais visível na parte das receitas correntes, tendo o FEF capital mantido inalterado o nível de transferência ao longo dos anos, tendo mesmo sido inferior em 2010 ao valor registado em 2006, que por sua vez já tinha sido igual ao de 2005.

Noutra perspectiva de análise, pode também observar-se uma tendência clara da taxa de dependência das despesas totais relativamente à participação no Orçamento de Estado das receitas municipais, ou seja, é cada vez maior o contributo das transferências do FEF, FSM e Participação Fixa no IRS para a cobertura das despesas municipais, sendo que, no ano de 2010, se

conjugaram dois factores que em conjunto determinaram essa tendência. O primeiro, reflectido no decréscimo do volume de despesa total face ao ano anterior e o segundo o aumento, ainda que muito ligeiro da participação das receitas no Orçamento de Estado, aumentando assim a relação proporcional entre estas receitas e o total das despesas municipais.

Esta é uma característica dos municípios do interior com reduzida capacidade de angariação de receitas próprias decorrentes da actividade económica local, a qual se

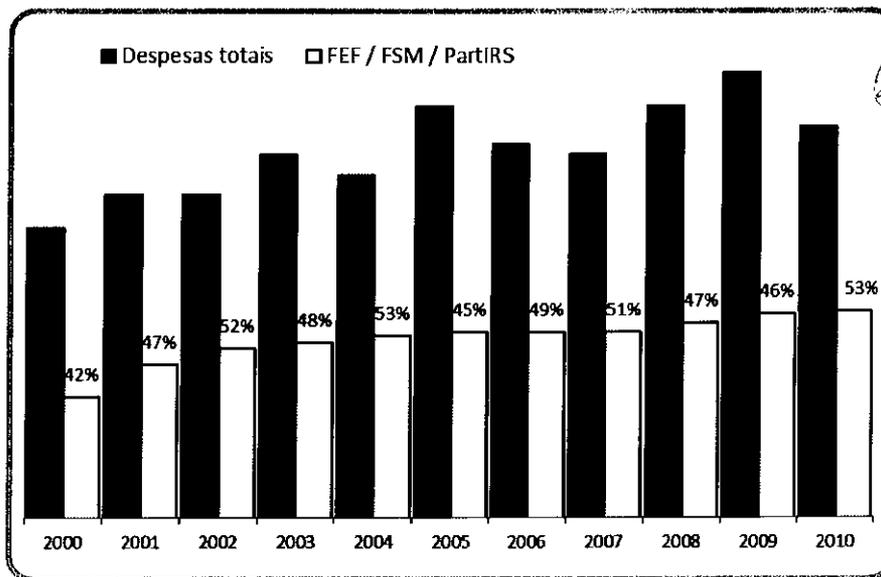


MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

vem, ao longo dos últimos anos, transportando também para a nossa realidade à medida que a dinâmica empresarial local se começou a ressentir dos efeitos da situação económica

nacional e europeia. É claro que o gráfico também deixa observar algum efeito cíclico nos resultados alcançados, em que acontece uma tendência de crescimento da despesa total nos anos em que ocorrem actos eleitorais para os



órgãos autárquicos, que depois é corrigida no ano seguinte a cada um desses actos eleitorais, coincidindo também estes primeiros anos de mandato com a acumulação de condições financeiras e a criação de reservas que possam depois sustentar o plano de investimentos perspectivado para os anos seguintes.

Quanto às despesas, a taxa de realização de 53,63% acompanhou, como seria de esperar, o nível de abrandamento verificado nas receitas, sendo mais expressiva a variação ocorrida nas despesas de capital, com particular destaque para a aquisição de bens de capital, em consequência do novo posicionamento do Executivo em relação à política de investimentos e da reorientação dos esforços para a necessidade de dotar a autarquia de projectos que, sendo agora de natureza diferente dos investimentos na mobilidade que têm vindo a ser realizados, permitam ao concelho adaptar-se mais eficientemente aos desafios e ao novo modelo de desenvolvimento com que estamos confrontados.

Além do Capítulo Económico 07 – Aquisição de bens de capital, com menos 73,81% do que as respectivas previsões corrigidas e que contribui decisivamente para os resultados globais alcançados ao nível das taxas de execução das despesas, também no Capítulo 02 – Aquisição de Bens e Serviços, com menos 26,18%, no 05 – Transferências correntes, com menos 24,46% e no 08 – Transferências de capital, com menos 48,22%, se verificam diferenças significativas em termos relativos, mas igualmente em termos absolutos, face aos valores orçamentados.

O gráfico seguinte demonstra a mesma realidade, tornando evidente, por um lado, a discrepância, face à realidade que é possível concretizar, que alguns capítulos da despesa revelam ao nível das previsões orçamentais e, por outro, o peso que as despesas correntes vêm assumindo de forma crescente, em consequência das novas responsabilidades que têm sido colocadas nas mãos das autarquias locais ao nível da prestação de serviços às populações e da realização dos chamados investimentos

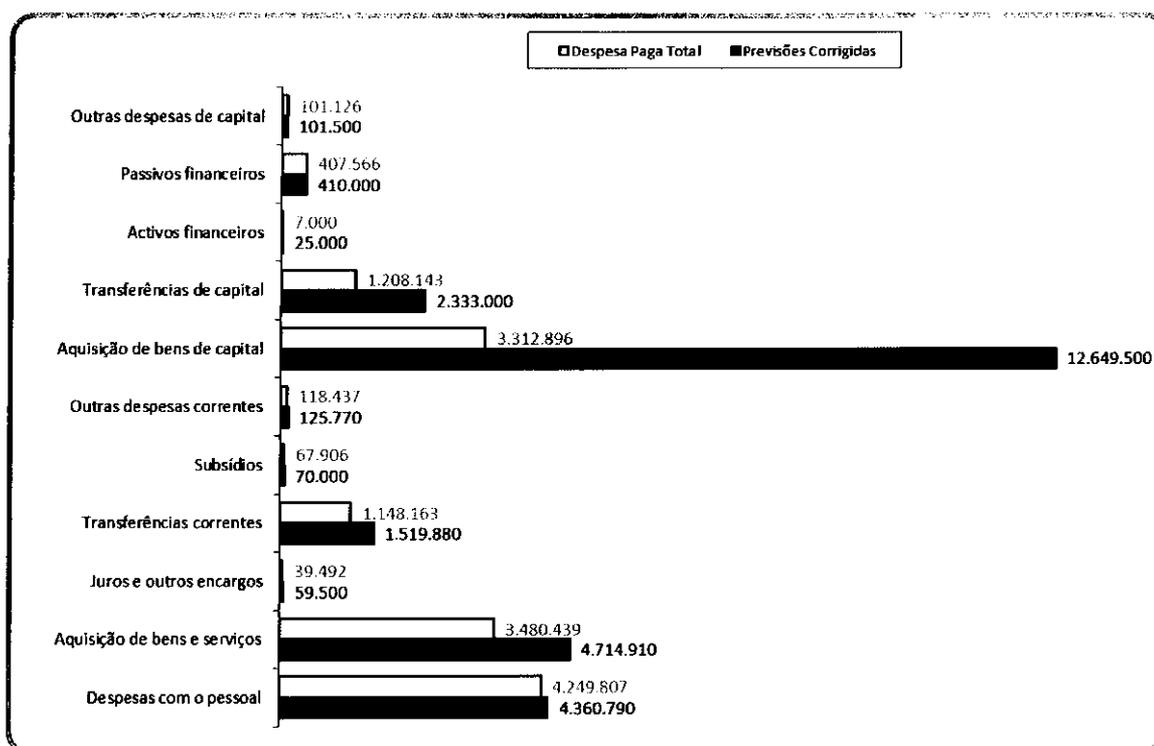


MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

imateriais que, por sua vez, são o resultado do ajustamento entre as reivindicações das populações e a acção municipal de resposta a esses anseios e necessidades.

Em sentido diferente pode também observar-se que nos capítulos 01 – Despesas com pessoal e 10 – Passivos financeiros, existe uma elevada aproximação entre os valores previstos e a respectiva realização, uma vez que se tratam de grupos de despesas que permitem uma elevada capacidade de previsão por parte da Câmara Municipal no momento da elaboração dos documentos previsionais e em que a sua oscilação ao longo do ano não depende de factores externos que estejam fora da capacidade de controlo do Município, a não ser quando ocorrem crescimentos da massa salarial ao nível nacional, o que não é, manifestamente, o caso actual.



A variação negativa ocorrida na aquisição de bens de capital está intimamente ligada à taxa de realização do PPI – Plano Plurianual de Investimentos.

Desde logo porque parte muito substancial dos projectos e acções nele contemplados são reflectidos orçamentalmente na subdivisão do Capítulo Económico 07 pelos vários capítulos orgânicos do Orçamento, visto que é em Aquisição de bens de capital que se incluem as despesas com Investimentos.

A referida subdivisão em capítulos orgânicos encontra-se transposta na matriz seguinte, não apenas em relação ao Capítulo Económico 07 – Aquisição de bens de capital, mas em relação a todos os capítulos económicos, com diferenciação entre despesas correntes e despesas de capital.

Na mesma matriz são possíveis de observar as participações específicas de cada um dos capítulos orgânicos do Orçamento relativamente a qualquer um dos grandes agregados



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signature]
A 27

económicos, sendo evidente a preponderância do Capítulo Orgânico 06 – Serviços de Obras, Urbanismo, Fiscalização e Protecção Civil face aos restantes.

DESPESA - MATRIZ CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA \ CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA								
Classif. Económica da Despesa		01	02	03	04	05	06	07
Classif.	Designação							
01	Despesas com o pessoal	1.542.990,84 €	455.114,69 €	447.527,61 €	333.391,05 €	654.656,75 €	794.144,25 €	21.982,07 €
02	Aquisição de bens e serviços	1.061.780,88 €	69.980,20 €	1.049.066,93 €	309.692,88 €	613.644,45 €	136.671,63 €	239.602,00 €
03	Juros e outros encargos	39.492,07 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
04	Transferências correntes	165.337,23 €	0,00 €	16.903,90 €	29.871,40 €	782.124,80 €	153.925,26 €	0,00 €
05	Subsídios	67.905,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
06	Outras despesas correntes	118.437,34 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES		2.995.943,88 €	525.094,89 €	1.513.498,44 €	672.955,33 €	2.050.426,00 €	1.084.741,14 €	261.584,07 €
07	Aquisição de bens de capital	4.035,65 €	34.121,42 €	275.001,18 €	9.372,44 €	554.872,91 €	2.413.566,25 €	21.925,74 €
08	Transferências de capital	210.646,20 €	0,00 €	87.958,19 €	49.700,00 €	160.162,16 €	699.676,74 €	0,00 €
09	Activos financeiros	7.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
10	Passivos financeiros	407.565,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
11	Outras despesas de capital	101.126,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL		730.373,37 €	34.121,42 €	362.959,37 €	59.072,44 €	715.035,07 €	3.113.242,99 €	21.925,74 €
TOTAL DE DESPESAS		3.726.317,25 €	559.216,31 €	1.876.457,81 €	732.027,77 €	2.765.461,07 €	4.197.984,13 €	283.509,81 €

É também significativa a expressão relativa ao grupo 01 – Administração Autárquica, uma vez que contempla um conjunto de despesas não atribuíveis especificamente e nenhum dos outros grupos, além de ter despesas próprias relacionadas com os órgãos autárquicos propriamente ditos e é-o também o Capítulo Orgânico 05 – Serviços de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, em resultado da progressiva tendência para privilegiar a afectação de recursos nestas áreas de intervenção, que é comum à grande maioria das autarquias portuguesas, por efeito do alargamento do leque de competências autárquicas a estas matérias.

Quanto à evolução bienal das despesas pagas por classificação económica, por comparação entre os anos de 2010 e de 2009, conclui-se que houve um decréscimo global de 12,04 %, sendo mais significativa a redução verificada no Capítulo 07 – Aquisição de bens de capital, já antes amplamente explicada.

DESPESA - ANÁLISE DE EVOLUÇÃO BIENAL						
Classif. Económica da Despesa		Despesa Paga Total (2010)	Ponderações %	Despesa Paga Total (2009)	Ponderações %	Variações (2010-2009)
Classif.	Designação					€ %
01	Despesas com o pessoal	4.249.807,26 €	30,05%	4.128.829,19 €	25,68%	120.978,07 € 2,93%
02	Aquisição de bens e serviços	3.480.438,97 €	24,61%	3.404.160,80 €	21,18%	76.278,17 € 2,24%
03	Juros e outros encargos	39.492,07 €	0,28%	89.769,08 €	0,56%	-50.277,01 € -56,01%
04	Transferências correntes	1.148.162,59 €	8,12%	928.505,64 €	5,78%	219.656,95 € 23,66%
05	Subsídios	67.905,52 €	0,48%	3.588,40 €	0,02%	64.317,12 € 1792,36%
06	Outras despesas correntes	118.437,34 €	0,84%	137.828,55 €	0,86%	-19.391,21 € -14,07%
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES		9.104.243,75 €	64,38%	8.692.681,66 €	54,07%	411.562,09 € 4,73%
07	Aquisição de bens de capital	3.312.895,59 €	23,43%	6.175.700,61 €	38,42%	-2.862.805,02 € -46,36%
08	Transferências de capital	1.208.143,29 €	8,54%	972.592,16 €	6,05%	235.551,13 € 24,22%
09	Activos financeiros	7.000,00 €	0,05%	0,00 €	0,00%	7.000,00 € 0,00%
10	Passivos financeiros	407.565,52 €	2,88%	235.287,03 €	1,46%	172.278,49 € 73,22%
11	Outras despesas de capital	101.126,00 €	0,72%	0,00 €	0,00%	101.126,00 € 0,00%
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL		5.036.730,40 €	35,62%	7.383.579,80 €	45,93%	-2.346.849,40 € -31,78%
TOTAL DE DESPESAS		14.140.974,15 €	100,00%	16.076.261,46 €	100,00%	-1.935.287,31 € -12,04%

Vale ainda a pena explicar o resultado relativo ao Capítulo 03 – Juros e outros encargos que, tendo apresentado uma redução de 56,01%, parece demonstrar um comportamento contraditório com a evolução de 73,22% ocorrida na Capítulo 10 – Passivos financeiros. Esta situação decorre do facto do novo empréstimo já se encontrar em situação de cobrança de amortizações, fazendo aumentar os encargos com passivos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

financeiros, ao passo que, relativamente aos juros e apesar do impacto do novo empréstimo, as taxas de juros líquidas praticadas foram mais favoráveis em consequência da descida das taxas de referência.

As Transferências de capital registaram um aumento de 235.551,13 € o que, descontando o crescimento resultante das transferências para as freguesias no montante de 500.000,00 €, constitui uma diminuição de quase 150 mil euros face ao ano de 2009. Por seu lado, o volume de transferências correntes aumentou em quase 220 mil euros, sendo mais significativo o aumento verificado no órgão 05 – Serviços de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, da ordem dos 130 mil euros.

Esta evolução bienal pode ainda ser objecto de comparação, através do quando seguinte, com desagregação por classes orgânicas, sendo visível que os órgãos 01 – Administração Autárquica, 03 – Serviços de Água, Saneamento, Resíduos Sólidos, Ambiente e Mercados e 07 – Serviços de Armazéns e Oficinas são os únicos que apresentam aumento da despesa face ao ano anterior.

DESPESA: VARIAÇÃO BIENAL - MATRIZ CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA \ CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA								
Classif. Económica da Despesa		01	02	03	04	05	06	07
Classif.	Designação							
01	Despesas com o pessoal	2,31%	0,50%	1,87%	0,49%	9,63%	2,49%	-10,92%
02	Aquisição de bens e serviços	-18,77%	-15,81%	68,54%	-18,11%	-9,41%	-0,60%	20,79%
03	Juros e outros encargos	-56,01%						
04	Transferências correntes	112,24%		42,09%	-54,75%	20,63%	23,81%	
05	Subsídios	1792,36%						
06	Outras despesas correntes	-14,07%						
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES		-4,11%	-2,03%	40,96%	-13,28%	6,63%	4,63%	17,29%
07	Aquisição de bens de capital	-50,03%	-51,07%	-52,71%	-45,02%	-34,47%	-48,05%	228,62%
08	Transferências de capital	-32,56%		-1,54%	-48,23%	-43,38%	264,33%	
09	Activos financeiros	100,00%						
10	Passivos financeiros	73,22%						
11	Outras despesas de capital	100,00%						
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL		31,44%	-51,07%	-45,90%	-47,75%	-36,71%	-35,65%	228,62%
TOTAL DE DESPESAS		1,26%	-7,68%	7,56%	-17,66%	-9,41%	-28,54%	23,42%
VARIAÇÃO EM VALORES ABSOLUTOS		46.245,88 €	-46.496,58 €	131.908,39 €	-156.987,89 €	-287.174,92 €	-1.676.588,72 €	53.806,53 €

No primeiro órgão 01, as diferenças mais substanciais decorrem do aumento dos encargos com a amortização de empréstimos, com o aumento das transferências correntes em consequência de um maior volume de apoios financeiros de natureza corrente a instituições, deliberados pela Câmara Municipal e dos encargos com os trabalhadores desempregados integrados em contratos emprego-inserção, estágios qualificação-emprego e estágios formações qualificantes.

No órgão 03, ocorrem também diferenças de sinal positivo em transferências correntes, mas que em valor absoluto não têm materialidade (o acréscimo é de apenas de 5.007,10€), mas é na aquisição de bens e serviços que a grande diferença se manifesta. Neste caso, essa diferença é essencialmente consequência do aumento de encargos com o fornecimento de água e com a recolha de efluentes por parte da Águas do Zêzere e Côa, SA, sendo que, só no fornecimento de água, o aumento foi de 352.578,29 €.

No órgão 07 a maior diferença relativamente a 2009 resulta do custo assumido em 2010 com a elaboração do projecto para as novas instalações do Estaleiro Municipal, mas também com o acréscimo de encargos na aquisição de combustíveis.

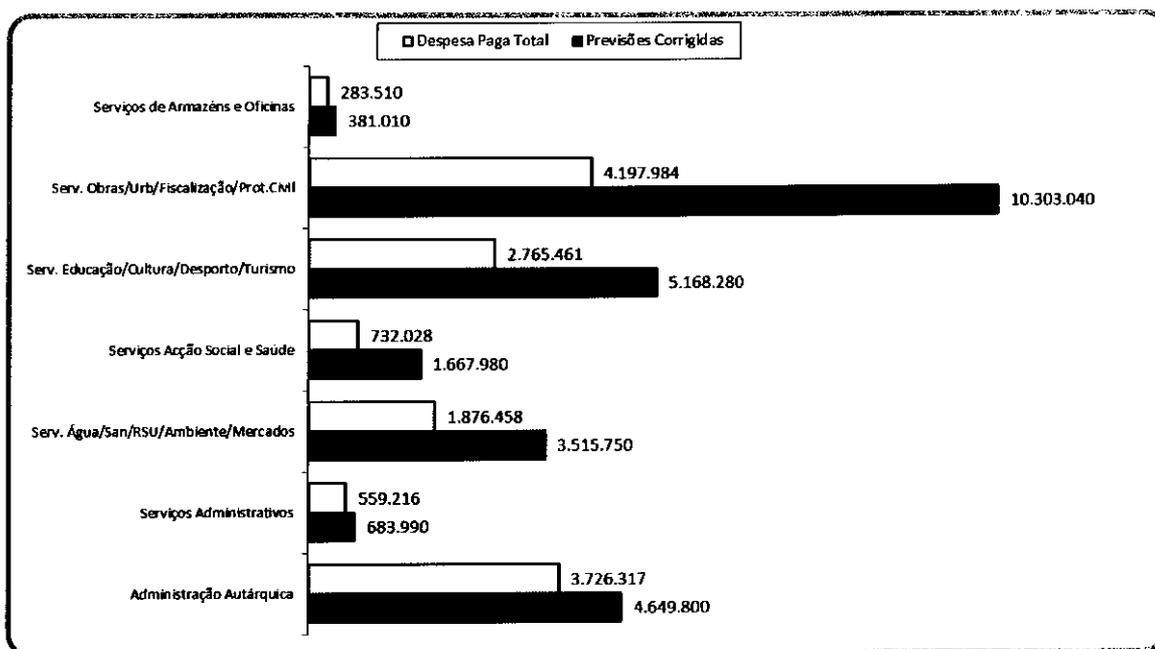


MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials

No que diz respeito à análise comparativa entre previsões corrigidas em despesa paga total com diferenciação por capítulos orgânicos, é de salientar que os grandes agregados orgânicos que mais contribuem para a existência de divergências entre as dotações corrigidas e o total de despesas pagas são o Capítulo Orgânico 03 – Serviços de Água, Saneamento, Resíduos Sólidos, Ambiente e Mercados com -46,63%, o Capítulo Orgânico 04 – Serviços de Acção Social e Saúde com -56,11%, o Capítulo Orgânico 05 – Serviços de Educação, Cultura, Desporto e Turismo com -46,49% e o Capítulo Orgânico 06 – Serviços de Obras, Urbanismo, Fiscalização e Protecção Civil com -59,25%.



Em sentido contrário, verificaram-se comportamentos favoráveis ao nível das taxas de execução no Órgão 01 – Administração Autárquica com 80,14% e que é o segundo agregado mais importante em termos absolutos de realização orçamental efectiva com despesa paga, mas também grupo o 02 – Serviços Administrativos com 81,76%, apesar de ter a segunda menor representação depois do Capítulo Orgânico 07 - Serviços de Armazéns e Oficinas que, por sua vez, teve uma taxa de execução de 74,41%.

O Capítulo Orgânico 06 - Serviços de Obras, Urbanismo, Fiscalização e Protecção Civil, com a taxa de execução mais baixa, de 40,75% face ao orçamentado, é também aquele que em termos absolutos reflecte maior afastamento entre previsões corrigidas e despesas totais pagas, uma vez que é neste Capítulo Orgânico do Orçamento Municipal que se concentra o maior volume e o maior número de investimentos previstos para realização mas não concretizados e cujas justificações foram já suficientemente adiantadas anteriormente.

Cumpriu-se mais uma vez em 2010, embora em menor escala, a tendência de muitos anos em que se verifica a afectação de uma boa parte das receitas correntes em despesas de capital, privilegiando assim a componente do investimento relativamente aos restantes capítulos das despesas.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

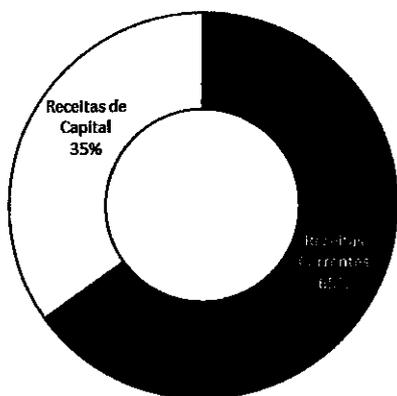
[Handwritten signatures]

COMPARAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS					
RECEITAS			DESPESAS		
Receitas Correntes	10.527.848,00 €	65,08%	Despesas Correntes	9.104.243,75 €	64,38%
Receitas de Capital	5.647.397,87 €	34,91%	Despesas de Capital	5.036.730,40 €	35,62%
TOTAL DE RECEITAS	16.175.245,87 €	99,99%	TOTAL DE DESPESAS	14.140.974,15 €	100,00%

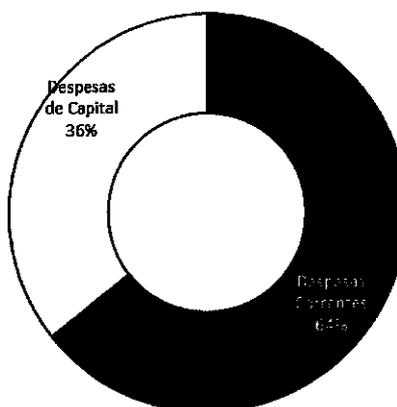
[Handwritten signature]

Como se pode verificar pelos gráficos, as receitas de capital corresponderam a 35% da totalidade das receitas, enquanto que as despesas de capital foram de quase 36% face à totalidade das despesas, havendo ainda uma afectação inferior a 1% das receitas a despesas de capital. Esta situação mostra a tendência que se irá acentuar nos próximos anos, em que a larga maioria dos recursos financeiros municipais será destinada a despesas correntes, não apenas por causa do aumento de responsabilidades ao nível do funcionamento e manutenção de equipamentos municipais, mas também por efeito das crescentes restrições nas regras de contabilização na definição do que devem ser consideradas despesas de capital.

RECEITAS



DESPESAS



Importa referir mais uma vez a este propósito que o Município não pode deixar de acompanhar o novo paradigma de reorientação dos recursos municipais para a concretização dos chamados investimentos imateriais, vocacionados para a melhoria dos serviços de proximidade às populações nas áreas da educação, da cultura, da acção social, do turismo, da animação, da afirmação do concelho no exterior e da prestação de melhores serviços municipais às comunidades, o que implica inevitavelmente o crescimento das despesas correntes.

É imperioso, porém, que se procure estabelecer o melhor equilíbrio entre ambas as componentes da afectação de recursos municipais, de modo a que, ao nível das despesas de capital se continuem a procurar respostas para as enormes carências que o concelho ainda apresenta ao nível das necessidades de investimento relacionadas com o incremento de melhores condições de elevação da qualidade de vida das nossas populações e de criação de bases de sustentação do concelho como um território



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials]

comportamento ao longo dos últimos 5 anos do quociente entre Despesas com Pessoal e Receitas Correntes.

É visível, em primeiro lugar, a inflexão do percurso ascendente que se vinha registando nas receitas correntes, já suficientemente explicado pelas circunstâncias conjunturais da economia portuguesa, que se reflectem no abaixamento do poder de compra das nossas populações e nos efeitos que este tem na angariação de receitas próprias por parte da Câmara Municipal.

Em segundo lugar, o crescimento menos acentuado nas despesas com pessoal a partir do ano de 2008 e que seguiu uma tendência de crescimento inferior a 3%, em contraste com os aumentos da ordem dos 9% verificados nos anos de 2005 a 2007.

Semelhante análise se pode estabelecer também na relação entre Investimentos e Transferências de Capital, a qual se reproduz no quadro seguinte.

COMPARATIVO QUINQUENAL: TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - INVESTIMENTOS					
Designação	2006	2007	2008	2009	2010
Tranf. Capital (Receitas)	3.886.450,88 €	3.350.131,23 €	2.794.225,84 €	4.236.897,76 €	3.645.423,49 €
Investimentos	4.505.241,70 €	3.359.195,05 €	5.249.942,66 €	6.162.757,58 €	3.312.895,59 €
Investimentos/Tr. Cap.	1,16	1,00	1,88	1,45	0,91

Existe, por natureza, uma relação muito próxima entre receitas relacionadas com transferências de capital e as despesas com investimentos, pelo menos desde que existem fundos comunitários destinados a apoiar a coesão e a convergência do nosso desenvolvimento e da nossa qualidade de vida com os níveis médios europeus. Essa relação não é, todavia, sempre proporcional, tanto mais que o ritmo de realização dos investimentos nem sempre tem o acompanhamento por parte das instâncias nacionais ao nível das transferências relativas aos financiamentos aprovados para os investimentos realizados ou em curso.

Por outro lado, quando a autarquia apresenta um ímpeto de realização de investimentos, seja porque pretende acompanhar os níveis de desenvolvimento e a oferta de equipamentos públicos equivalente à que se verifica nos concelhos limítrofes ou nos concelhos de dimensão semelhante, seja porque pretende responder de forma mais satisfatória às reivindicações das populações e das freguesias, seja ainda por efeito dos ciclos eleitorais autárquicos, são por vezes encontradas outras formas de financiamento dos investimentos para além dos fundos comunitários, como sejam o recurso ao financiamento bancário, como aconteceu recentemente e a transferência de receitas correntes para despesas de capital quando as circunstâncias e as condições de cada exercício económico o permitem.

É de salientar, por exemplo, que a opção que passa por privilegiar a delegação de competências nas freguesias, com as correspondentes transferências de verbas, como aconteceu em 2010, equivale a que um conjunto de investimentos deixe de ser realizado pela Câmara Municipal e seja antes realizado directamente pelas freguesias. Daqui resultam efeitos de crescimento no capítulo Transferências de Capital e de decréscimo

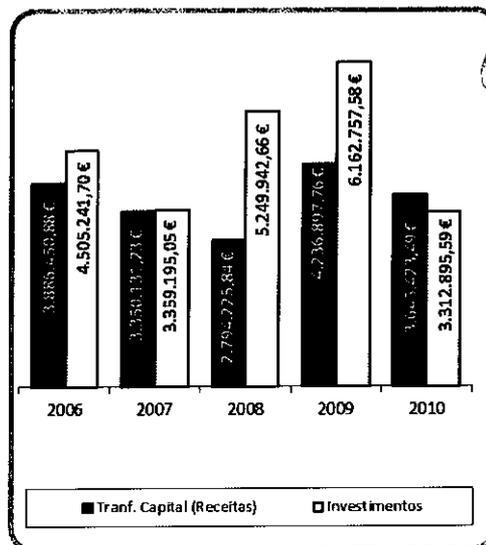


MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signature and initials]

no capítulo de Aquisição de Bens de Capital, mas esta é uma escolha que o Executivo em permanência fez e que é para consolidar.

O gráfico que ao lado se apresenta ajuda também a acentuar o decréscimo do volume de investimentos no ano de 2010, ficando o seu valor abaixo da receita arrecada em transferências de capital, o que é uma consequência de tudo quanto já foi dito relativamente às particularidades de um primeiro ano de mandato, a que se juntou a circunstância de se tratar de um novo executivo municipal, ao qual foi confiada uma primeira missão para 4 anos, que precisa de ser planeada, estruturada técnica e financeiramente e necessariamente diferente, por forma a acomodar outras propostas e soluções com que o novo executivo está comprometido.



Impõe-se-nos referir também que a utilização da parte restante do empréstimo bancário de 5 milhões de euros, feita em 2010 pelo montante de 2 milhões de euros, constitui actualmente uma reserva estratégica para aplicação nos grandes investimentos que se encontram em preparação, não tendo, portanto, sido afectado qualquer montante dessa reserva aos investimentos realizados no ano de 2010.

A propósito de empréstimo bancário e em matéria de endividamento, o quadro seguinte contém a evidenciação da situação da dívida em 31 de Dezembro de 2010, resumindo a posição de cada uma das componentes da dívida e apresentando a análise da evolução quinzenal dos respectivos grandes grupos.

Por um lado, nas dívidas a médio/longo prazo, reflectiu-se de forma evidente o impacto decorrente da contratação e da utilização integral do referido empréstimo para investimentos, no montante de 5 milhões de euros, que se expressa no aumento do endividamento em 27,15% face ao montante registado no ano de 2009.

O montante de 6.154.613,34 € inclui o valor de 6.032.340,39 € de dívida relativa aos empréstimos contratados directamente pelo Município e ainda o valor de 122.272,95 € correspondente à responsabilidade da Câmara Municipal, na proporção de 8,251% relativamente à totalidade dos municípios integrantes, nos empréstimos contratados pela AMRPB – Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão.

ENDIVIDAMENTO - ANÁLISE QUINQUENAL					
Designação	2006	2007	2008	2009	2010
Dívida de curto prazo	224.617,61 €	466.278,04 €	448.592,94 €	477.170,08 €	825.733,27 €
Dívida M/L prazo	2.388.621,14 €	2.150.479,14 €	3.212.538,18 €	4.607.707,35 €	6.154.613,34 €
Evolução face ao ano anterior	-7,44%	0,13%	28,53%	28,00%	27,15%

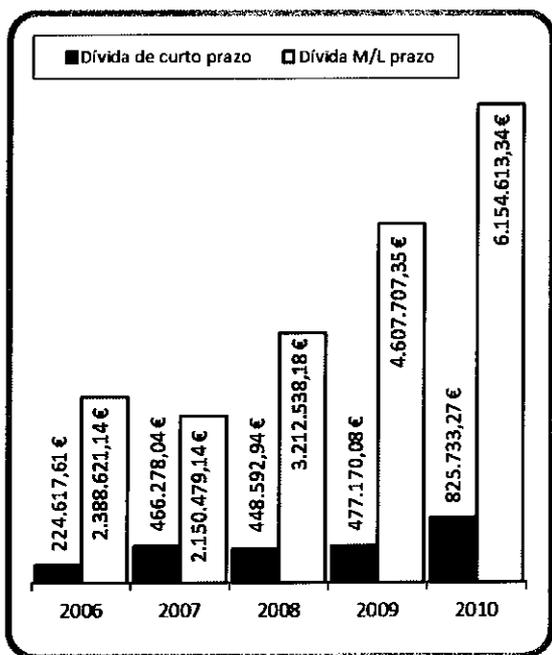


MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

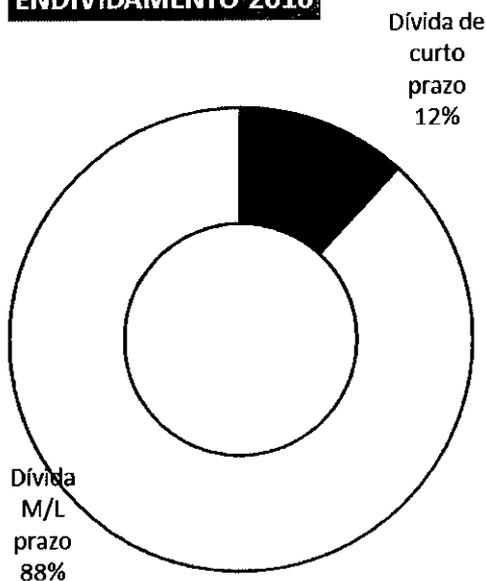
Handwritten signature and initials

A situação financeira da Autarquia nos anos anteriores a 2008 evidenciava uma diminuição da dívida de médio/longo prazo, ao passo que a dívida de curto prazo sofria uma progressão. A partir de 2008, por efeito da contratação do novo grande empréstimo de 5.000.000 €, verificou-se a tendência de crescimento da dívida de curto prazo, que não é mais do que a correspondente ao volume de documentos de despesas em trânsito no final de cada ano para o exercício económico seguinte, em valores perfeitamente controlados e aceitáveis, mas verificou-se uma inflexão na tendência de decréscimo da dívida de médio/longo prazo.



Neste caso, o volume de responsabilidades no final do ano aumentou consideravelmente, atingindo o pico deste ciclo económico, na medida em que não se vislumbra a necessidade de recurso a novos empréstimos no período que se segue,

ENDIVIDAMENTO 2010



devido às condições de crédito altamente proibitivas, embora se preveja o recurso ao crédito como complemento de financiamento de projectos financiados pelo QREN, através de empréstimos bonificados pelo BEI, cujas condições de financiamento não são as do mercado bancário comercial.

É de salientar que a dívida de médio/longo prazo representa 88% do total do endividamento na óptica orçamental e que a mesma se encontra colocada a cerca de metade do limite do endividamento do Município.

Ao longo do ano de 2010 e relativamente ao Orçamento foram levadas a efeito modificações que não alteraram o valor global do mesmo.

Relativamente às receitas não houve qualquer modificação orçamental e no que diz respeito às despesas, tal como se pode verificar no quadro seguinte, houve Inscrições/Reforços no montante de 4.801.230,00 €, e Diminuições/Anulações no mesmo valor, que resultaram numa manutenção do montante global das dotações do Orçamento da Despesa em 26.369.850,00 €.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

ORÇAMENTO - RESUMO DAS MODIFICAÇÕES ÀS DOTAÇÕES					
Classif. Económica da Despesa	Dotações Iniciais	Incrições e Reforços	Diminuições e Anulações	Total de Modificações	Dotações Finais
RECEITA	26.369.850,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	26.369.850,00 €
DESPESA	26.369.850,00 €	4.801.230,00 €	-4.801.230,00 €	0,00 €	26.369.850,00 €

No âmbito do Relatório de Gestão relativo ao exercício económico do ano de 2009 foi feito um exercício comparativo entre receitas efectivamente arrecadadas e despesas pagas resultante de uma análise que havia sido feita em relação aos quatro anos anteriores, por forma a proporcionar melhor informação financeira ao Executivo em permanência e a acrescentar instrumentos de análise ao diagnóstico que se impunha aos novos responsáveis.

Dada a sua utilidade, procede-se agora ao mesmo tipo de abordagem que, por razões de comparabilidade, continuará a agrupar as receitas e as despesas em quatro grupos: "certas e de variabilidade reduzida", "certas e variáveis", "relativas a projectos específicos", "incertas ou materialmente irrelevantes e extraordinárias", estabelecendo para cada um dos grupos uma relação directa entre receitas e despesas.

Os primeiros quadros apresentam, primeiro, as receitas certas e de variabilidade reduzi-

RECEITAS				
Natureza	Cl. Orçamental	Designação da Rubrica	Valor	Acum. Parcial
Receitas certas e de variabilidade reduzida	06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.005.050,00 €	
	06030102	Fundo Social Municipal	453.031,00 €	
	06030103	Participação Fixa no IRS	323.244,00 €	4.781.325,00 €
	10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.670.033,00 €	
Soma das RECEITAS certas e permanentes				7.451.358,00 €

da, que subiram apenas 76 mil euros face ao ano de 2009, enquanto que as despesas certas e de variabilidade reduzida cresceram 555 mil euros, tal como se apresenta no quadro seguinte.

Neste primeiro grupo consideraram-se apenas como certas e de variabilidade reduzida as receitas provenientes das transferências do Orçamento de Estado e, em relação às despesas, as relacionadas com Pessoal, custos de funcionamento, encargos com o endividamento e as transferências que assumem um carácter de continuidade ao longo dos anos.

Neste conjunto, embora sujeito a variações em razão de opções políticas por parte da Câmara Municipal, não se vislumbram condições para que essas variações assumam uma



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

expressão tendente a alterar a relação entre receitas e despesas, uma vez que os compromissos com este tipo de despesas de apoio a entidades exteriores se tem mantido regular ao longo dos últimos anos e em crescimento.

DESPEASAS				
Natureza	Cl. Orçamental	Designação da Rubrica	Valor	Acum. Parcial
Despesas certas e de variabilidade reduzida	01	Pessoal - Excepto Seg. Social	3.526.903,71 €	
	0103	Segurança Social (e seguros)	722.903,55 €	
	020102	Combustíveis e lubrificantes	298.278,15 €	
	020201	Encargos das instalações	352.520,17 €	
	020210	Transportes (escolares)	306.265,76 €	
	020212	Seguros	53.654,51 €	
	020224	Encargos de cobrança de receitas	55.888,35 €	
	03	Juros e outros encargos	39.492,07 €	
	04050101	Tr. Correntes - Municípios		
	04050102	Tr. Correntes - Freguesias	124.118,41 €	
	04050104	Tr. Correntes - Assoc. Municípios	19.502,00 €	
	040701	Inst. s/ Fins Lucrativos (Subsídios)	884.821,86 €	6.384.348,54 €
	08050102	Tr. Capital - Freguesias	768.898,93 €	
	08050104	Tr. Capital - Assoc. Municípios	53.705,46 €	
	080701	Inst. s/ Fins Lucrativos (Subsídios)	383.338,90 €	
100603	Amortizações de Empréstimos	407.565,52 €	1.613.508,81 €	
Soma das DESPESAS certas e permanentes				7.997.857,35 €
			SALDO ...	-546.499,35 €

Da comparação entre ambos os quadros, volta a poder retirar-se novamente a conclusão de que as receitas certas e de variabilidade reduzida não são suficientes para suprir as necessidades com as despesas certas e de variabilidade reduzida, tendo-se mesmo agravado esta insuficiência de cobertura, desde logo pelo aumento verificado nalgumas das rubricas do lado da despesa. Combustíveis e lubrificantes, transferências correntes e de capital para as freguesias, transferências correntes para instituições sem fins lucrativos e amortizações de empréstimos representam em conjunto um aumento de quase 900.000,00 €.

Daí que seja relevante a importância que tem para o Orçamento Municipal dispor ou não de um aumento de 5% no montante da participação financeira no OE. De tal modo que bastou que esta fonte de receita deixasse de registar esse aumento e se ficasse por um crescimento de apenas 1,03%, para que o desequilíbrio neste grupo se tenha acentuado face ao verificado no ano anterior, em que o diferencial foi de apenas 67.637,02 €.

O segundo grupo estabelece uma relação directa entre receitas e despesas certas e variáveis. Na coluna das receitas englobaram-se todos os impostos, taxas, preços e outras receitas próprias municipais que, embora certas no direito e na forma, são variáveis no conteúdo, porque dependem de factos jurídicos ou tributários que podem ser estabelecidos entre os cidadãos e a Câmara Municipal (ou o Estado) em maior ou menor número ou com maior ou menor intensidade financeira. São receitas destinadas a financiar a actividade regular do Município, mas são susceptíveis de oscilação ao longo dos anos em função do maior ou menor grau de acesso aos serviços por parte de empresas e particulares e da própria conjuntura económica e social nacional e local, a qual determina, por exemplo, o maior ou menor volume de receitas provenientes de impostos constituintes de receita municipal como sejam o Imposto Único de Circulação,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

o Imposto Municipal sobre Imóveis e o Imposto Municipal sobre as Transacções Onerosas de Imóveis, entre outros.

RECEITAS					
Natureza	Cl. Orçamental	Designação da Rubrica	Valor	Acum. Parcial	
Receitas certas variáveis	01	Impostos directos	2.230.065,23 €		
	02	Impostos indirectos	72.112,31 €		
	04	Taxas multas e outras pen. (Sem Lixo)	126.795,46 €		
	04012306	Saneamento (TCE)	189.017,50 €		
	0401239999	Lixos	632.767,02 €		
	05	Rendimentos de Propriedades	447.208,19 €		
	0603019901	PRAUD - Gabinete Técnico Local			
	0603019903	Fundo Florestal Permanente	46.400,59 €		
	0603019999	Administração central - Outras	350.490,86 €		
	0606	Segurança Social	380.477,46 €		
	070111	Água	617.576,78 €		
	070208	Prest. Serv: Social, culturais, desportivos	187.381,59 €		
	070209	Outros serviços específicos	138.782,90 €		
	07020999	Contadores de Água (TDLA)	238.006,95 €		
	070299	Serviços - Outras - Encargos de cobrança	3,78 €		
	070301	Rendas - Habitações	5.353,04 €		
	07039901	Contadores de Água (TDLA)	96,18 €		
	07039902	EDP		5.662.535,84 €	
	Soma das RECEITAS certas variáveis				5.662.535,84 €

Na coluna das despesas incluíram-se mais uma vez aquelas que melhor possam corresponder à definição de despesa certa, enquanto encargo necessariamente resultante do desempenho das competências municipais nos vários domínios mas, ao mesmo tempo de despesa variável, na medida em que deve ser o poder discricionário dos responsáveis municipais a orientar as opções de despesa nas áreas que entender mais adequadas, bem como o nível de esforço financeiro que quer colocar nas opções.

Estão incluídas nas despesas certas e variáveis todas aquelas que, não sendo tidas como custos fixos relacionados com o funcionamento dos serviços e encargos permanentes de instalações, que se agruparam nas despesas certas e de variabilidade reduzida, assumem, apesar de tudo, um carácter de continuidade, uma vez que dizem respeito à reunião dos recursos materiais necessários ao desempenho e funcionamento das unidades orgânicas municipais, através da aquisição de bens e serviços, do material de transporte e dos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

equipamentos, bem como aos investimentos municipais a levar a efeito em todos os sectores de intervenção e nas freguesias do concelho e que anualmente são inscritos nos documentos previsionais, designadamente em Plano Plurianual de Investimentos.

DESPESAS				
Natureza	Cl. Orçamental	Designação da Rubrica	Valor	Acum. Parcial
Despesas certas variáveis	0201	Aq.bens - excepto combustíveis	784.105,79 €	
	0202	Aq. Serviços - excepto (1)	1.629.726,24 €	
	040802	Tr. Correntes - Famílias	27.605,80 €	
	040903	Tr. Correntes - Resto Mundo (Geminacões)		
	06	Outras despesas correntes	118.437,34 €	
	0701	Investimentos:		
	070101	Terrenos	4.767,50 €	
	070102	Habitacões	53.656,12 €	
	07010301	Instalacões de Servicos	17.257,73 €	
	07010302	Inst. desportivas e recreativas	6.361,86 €	
	07010303	Mercados e inst. fisc. sanitária	1.832,75 €	
	07010304	Creches	323,01 €	
	07010305	Escolas	62.717,95 €	
	07010306	Lares de terceira idade	28,63 €	
	07010307	Edificios - Outros	275.006,08 €	
	07010401	Viadutos, arruamentos, ob. complem.	272.640,42 €	
	07010402	Sistemas de drenagem de águas residuais	41.754,97 €	
	07010403	Estacões de tratamento de águas residuais	3.928,93 €	
	07010405	Parques e jardins	66.629,09 €	
	07010406	Inst. desportivas e recreativas	122.012,82 €	
	07010407	Captaçao e distribuicão de água	46.901,62 €	
	07010408	Viaçao rural	1.854.240,26 €	
	07010409	Sinalizaçao e trânsito	59.161,47 €	
	07010410	Inf. distribuicão energia eléctrica	17.418,08 €	
	07010412	Cemitérios	157,34 €	
	07010413	Construicões diversas - Outros	168.105,05 €	
	070106	Materia de transporte	48.480,99 €	
	070107	Equipamento de informática	14.634,55 €	
	070108	Software informático	16.848,66 €	
	070109	Equipamento administrativo	8.395,77 €	
	070110	Equipamento básico	148.209,82 €	
	070111	Ferramentas e utensilios	1.424,12 €	
	070115	Outros investimentos		
070305	Bens do patr. histórico, artístico e cultural		5.872.770,76 €	
Soma das DESPESAS certas variáveis				5.872.770,76 €
			SALDO ...	-756.734,27 €

Esta comparacão aponta para uma segunda conclusao e que, de certo modo, corresponde a uma correcçao dos resultados que neste grupo foram obtidos no ano de 2010. Isto é, se o volume de realizacão municipal relativa às despesas certas e variáveis se tivesse mantido nas proporçoes do ano anterior, a relacão entre receitas e despesas seria altamente deficitária e certamente inoportavel, mesmo com os efeitos de compensacão que os restantes grupos pudessem proporcionar.

Sublinhe-se, por exemplo, que em 2009 esse diferencial foi de mais de 2,6 milhões de euros, para uma despesa certa e permanente superior a 8,5 milhões de euros, enquanto que em 2010, com uma despesa ligeiramente superior a 5,8 milhões de euros, o deficit acumulado neste grupo ficou em apenas 756.734,27 €. Ou seja, atendendo a que este deficit engloba o deficit relativo ao primeiro grupo, neste, a diferenca directa entre receitas e despesas é de apenas 210.234,92 €.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials]

Logo, a satisfação, ao mesmo ritmo dos anos anteriores, das expectativas das populações, freguesias, colectividades, associações e quaisquer outros interessados na actividade autárquica, só é possível com recurso ao financiamento externo o que, nas actuais circunstâncias, não pode ser o caminho. Pelo contrário, o caminho terá que ser, sem hesitação, o de tornar possível, não só pela via diplomática, mas também pela preservação de uma estabilidade financeira que gere fundo de maneiço suficiente para esse desafio, um aproveitamento máximo das oportunidades de obtenção de financiamento não reembolsável para os grandes investimentos de que o concelho carece, mesmo que isso represente medidas de contenção e ajustamentos noutros agregados de despesa com tendência de crescimento nos últimos anos.

O grupo seguinte é designado por receitas e despesas relativas a projectos específicos. Do lado das receitas incluíram-se mais uma vez aquelas que são por natureza variáveis e que não se têm como certas porque não revestem carácter de continuidade. Dependem, portanto, da concretização de iniciativas ou da realização de investimentos, para os quais contribuem financeiramente. Do lado da despesa não é possível estabelecer uma associação directa, na medida em que isso implicaria proceder a um detalhe dos investimentos, de modo a separar aqueles que beneficiam de financiamento comunitário ou de contratos-programa, que não é adequado para este tipo de relatório.

RECEITAS				
Natureza	Cl. Orçamental	Designação da Rubrica	Valor	Acum. Parcial
Rc. dependentes de projectos específicos	060306 10030199 100307	Estado - Projectos co-financiados RcCorrentes Estado - Outras Tr. Capital Estado - Projectos co-financiados RcCapital	75.638,92 € 973.872,49 €	 1.049.511,41 €
Soma das RECEITAS dependentes de projectos específicos				1.049.511,41 €

DESPESAS				
Natureza	Cl. Orçamental	Designação da Rubrica	Valor	Acum. Parcial
Dp. relativas a projectos específicos	040301	Tr. Correntes - Estado	84.892,90 €	84.892,90 €
Soma das DESPESAS relativas a projectos específicos (diluídas no grupo anterior)				84.892,90 €
SALDO ...				207.884,24 €

Por conseguinte, é possível concluir que só o acesso a este género de receitas dependentes da concretização de projectos específicos, permite corrigir o deficit acumulado nos dois grupos anteriores, situação que, como se sabe, não vai durar para sempre, implicando a necessidade de progressivamente se ter que ajustar o esforço de investimento municipal à capacidade de gerar receitas próprias e a um novo paradigma de sustentabilidade financeira.

Noutra perspectiva, pode afirmar-se que, no pressuposto de que estes financiamentos correspondem, em média, a 70% dos investimentos para os quais contribuem, o decréscimo no valor dos investimentos incluídos no grupo anterior seria da ordem dos 1,5 milhões de euros, o que traria para cerca de metade o valor realizado em 2010.

Os quadros relativos ao último grupo servem apenas para reforçar estas conclusões, na medida em que, não fora a entrada nos cofres municipais dos 2 milhões de euros do empréstimo, o saldo final seria positivo de apenas 35.501,47€.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Neste último grupo encontram-se as receitas e despesas materialmente irrelevantes e extraordinárias, que não têm um volume financeiro significativo ou que não correspondem a entradas ou saídas com carácter de regularidade, o que é o caso do empréstimo atrás mencionado.

RECEITAS				
Natureza	Cl. Orçamental	Designação da Rubrica	Valor	Acum. Parcial
Receitas incertas ou materialmente irrelevantes	0607 +0608	Tr. Correntes - Inst. s/ fins lucrativos + Famílias	800,00 €	
	07039999	Rendas - Outras	750,00 €	
	08	Outras receitas correntes	6.798,24 €	
	09	Vendas de Bens de Investimento	1.974,38 €	
	1008	Tr. Capital - Famílias	1.518,00 €	
	15	Reposições não abatidas nos pagamentos	1.229,75 €	13.070,37 €
Soma das RECEITAS incertas ou materialmente irrelevantes				13.070,37 €
Receitas extraordinárias - Empréstimos			2.000.000,00 €	2.000.000,00 €
Soma das RECEITAS				2.013.070,37 €

DESPESAS				
Natureza	Cl. Orçamental	Designação da Rubrica	Valor	Acum. Parcial
Despesas incertas ou materialmente irrelevantes	040102	Tr. Correntes - Soc. Financeiras - Privadas	7.221,62 €	
	05	Subsídios	67.905,52 €	
	080802	Tr. Capital - Famílias	2.200,00 €	
	0907	Ações e outras participações	7.000,00 €	
	11	Outras despesas de capital	101.126,00 €	185.453,14 €
Soma das DESPESAS incertas ou materialmente irrelevantes				185.453,14 €
SALDO ...				2.035.501,47 €
Soma das DESPESAS				2.035.501,47 €



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – BALANÇO E DEM. DE RESULTADOS

Pela análise ao Balanço que integra os Documentos de Prestação de Contas, aqui apresentado segundo uma estrutura que permita uma observação de ponderações e variações, pode verificar-se que o Balanço registou uma variação positiva global de 11,42% face ao Balanço do ano de 2009.

BALANÇO DO EXERCÍCIO						
ACTIVO	VALORES			PONDERAÇÕES	VARIACÕES	
	2010	2009	2008		2010	2010-2009
ACTIVOS NÃO CORRENTES						
Bens do domínio público	21.375.386,78 €	20.175.465,97 €	16.650.517,62 €	60,98%	5,95%	21,17%
Imobilizado incorpóreo						
Imobilizado corpóreo	9.863.452,23 €	9.614.752,31 €	8.883.594,28 €	28,14%	2,59%	8,23%
Investimentos financeiros	511.780,01 €	504.780,01 €	504.780,01 €	1,46%	1,39%	
Propriedades de investimento						
Clientes e outros devedores						
Activos por impostos diferidos						
TOTAL DE ACTIVOS NÃO CORRENTES	31.750.619,02 €	30.294.998,29 €	26.038.891,91 €	90,58%	4,80%	16,35%
ACTIVOS CORRENTES						
Existências						
Clientes	79.713,37 €	117.429,83 €	105.787,70 €	0,23%	-32,12%	11,01%
Outros devedores						
Estado e outros entes públicos	5.041,95 €					
Outros activos correntes						
Caixa e seus equivalentes	3.218.994,02 €	1.048.104,84 €	402.011,48 €	9,18%	207,13%	160,72%
TOTAL DE ACTIVOS CORRENTES	3.303.749,34 €	1.165.534,67 €	507.799,18 €	9,42%	183,45%	129,53%
TOTAL DO ACTIVO	35.054.368,36 €	31.460.532,96 €	26.546.691,09 €	100,00%	11,12%	29,58%
PASSIVO						
PASSIVOS NÃO CORRENTES						
Endividamento	6.032.340,39 €	4.439.905,91 €	2.975.192,94 €	17,21%	35,87%	49,23%
Credores diversos						
Provisões						
Outros passivos não correntes						
Passivos por impostos diferidos						
TOTAL DE PASSIVOS NÃO CORRENTES	6.032.340,39 €	4.439.905,91 €	2.975.192,94 €	17,21%	35,87%	49,23%
PASSIVOS CORRENTES						
Endividamento						
Fornecedores	514.941,63 €	302.131,59 €	144.448,07 €	1,47%	70,44%	109,16%
Credores diversos	261.660,56 €	123.824,31 €	252.122,90 €	0,75%	111,32%	-50,89%
Estado e outros entes públicos	49.026,44 €	51.181,10 €				
Outros passivos correntes	8.774.211,98 €	8.023.246,59 €	7.163.956,03 €	25,03%	9,36%	11,99%
TOTAL DE PASSIVOS CORRENTES	9.599.840,61 €	8.500.383,59 €	7.560.527,00 €	27,39%	12,93%	12,43%
TOTAL DO PASSIVO	15.632.181,00 €	12.940.289,50 €	10.535.719,94 €	100,00%	20,80%	22,72%
CAPITAL PRÓPRIO						
Património	6.292.106,59 €	5.314.326,20 €	4.969.280,54 €	17,95%	18,40%	6,94%
Reservas legais	889.297,87 €	780.811,35 €	685.517,24 €		13,89%	13,90%
Subsídios	25.000,00 €	25.000,00 €	25.000,00 €			
Doações	334.553,97 €	334.553,97 €				
Resultado transitado	10.979.285,03 €	9.895.821,58 €	8.425.291,18 €		10,95%	17,45%
Resultado líquido exercício	901.943,90 €	2.169.730,36 €	1.905.882,19 €	2,57%	-58,43%	13,84%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	19.422.187,36 €	18.520.243,46 €	16.010.971,15 €	55,41%	4,87%	15,67%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO DO PASSIVO	15.632.181,00 €	12.940.289,50 €	10.535.719,94 €	100,00%	11,12%	29,58%

Os maiores crescimentos verificaram-se nos activos correntes, sobretudo em relação a disponibilidades, com um crescimento de 183,45%, em consequência do encaixe relativo ao empréstimo, mantido como reserva estratégica para os investimentos previstos, sendo que o maior crescimento nos activos não correntes se verificou no Bens do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

domínio público, com um crescimento de 5,95%, inferior ao crescimento verificado em 2009, em consequência da menor conclusão relativa a investimentos.

No Passivo as maiores divergências em relação ao ano anterior registam-se nos Credores diversos com um aumento de 111,32%, nos Fornecedores, incluindo fornecedores C/C e Fornecedores de Imobilizado, com mais 70,44%, mas também no endividamento de médio/longo prazo e que representa a totalidade dos passivos não correntes, crescendo quase 36%. Importa salientar que os passivos correntes, relativos a credores diversos e fornecedores, reflectem apenas o volume dos pagamentos em trânsito no final de 2010 para o ano de 2011, mantendo-se, como já foi amplamente referido, a postura da Câmara Municipal em saldar os seus compromissos com empreiteiros e fornecedores num prazo médio de 45 dias após a recepção e conferência das notas de débito.

Quanto à Demonstração de Resultados, que se transpõe para o presente Relatório segundo uma Estrutura de Proveitos e Custos, do seguinte modo, podem também observar-se algumas circunstâncias susceptíveis de análise.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	VALORES			PONDERAÇÕES 2010	VARIACÕES	
	2010	2009	2008		2010-2009	2009-2008
Vendas e Prestações de serviços	1.169.237,47 €	1.167.558,55 €	1.087.380,58 €	9,20%	0,14%	7,37%
Outros proveitos	-121.331,25 €	-23.639,35 €	-24.126,09 €	-0,95%	413,26%	-2,02%
Custos das mercadorias e dos subcontratos	-79.859,78 €	-83.199,51 €	-99.162,48 €	0,63%	-4,01%	-16,10%
Resultado Bruto	968.046,44 €	1.060.719,69 €	964.092,01 €	7,61%	-8,74%	10,02%
Fornecimentos e serviços externos	-4.219.037,18 €	-4.013.377,08 €	-3.748.987,83 €	33,19%	5,12%	7,05%
Custos com o pessoal	-4.258.234,41 €	-4.136.433,47 €	-4.079.003,97 €	33,50%	2,94%	1,41%
Impostos e Taxas	3.236.956,86 €	3.115.731,24 €	3.302.482,72 €	25,46%	3,89%	-5,65%
Transferências e subsídios obtidos	8.306.683,83 €	8.338.606,65 €	7.996.252,92 €	65,34%	-0,38%	4,28%
Outros proveitos /(custos) operacionais	-1.229.574,72 €	-952.956,68 €	-858.678,10 €	-9,67%	-29,03%	10,98%
	1.836.794,38 €	2.351.570,66 €	2.612.065,74 €	-14,45%	-21,89%	-9,97%
EBITDA	2.804.840,82 €	3.412.290,35 €	3.576.157,75 €	22,06%	-17,80%	-4,58%
Amortizações	-1.337.939,43 €	-1.197.163,91 €	-1.191.543,02 €	10,52%	11,76%	0,47%
Provisões						
	-1.337.939,43 €	-1.197.163,91 €	-1.191.543,02 €	10,52%	11,76%	0,47%
EBIT - Resultado operacional	1.466.901,39 €	2.215.126,44 €	2.384.614,73 €	11,54%	-33,78%	-7,11%
Proveitos e ganhos financeiros	446.604,99 €	742.438,99 €	560.834,16 €	3,51%	-39,85%	32,38%
Custos e perdas financeiras	-64.866,77 €	-106.752,94 €	-89.726,62 €	0,51%	-39,24%	18,98%
Resultado financeiro	381.738,22 €	635.686,05 €	471.107,54 €	-3,00%	39,95%	-34,93%
Proveitos e ganhos extraordinários	371.686,07 €	346.518,20 €	360.786,88 €	2,92%	7,26%	-3,95%
Custos e perdas extraordinárias	-1.318.381,78 €	-1.027.600,33 €	-1.310.626,96 €	10,37%	28,30%	-21,59%
Resultado de operações extraordinárias	-946.695,71 €	-681.082,13 €	-949.840,08 €	7,45%	-39,00%	28,30%
Imposto sobre o rendimento						
	-564.957,49 €	-45.396,08 €	-478.732,54 €	4,44%	-1144,51%	90,52%
Resultado líquido do exercício	901.943,90 €	2.169.730,36 €	1.905.882,19 €	7,09%	-58,43%	13,84%

Desde logo e em contraste com o ocorrido na comparação bienal entre 2009/2008, em que tinha havido um aumento de 13,84% no resultado líquido do exercício, o ano de 2010 apresenta uma redução significativa de 58,43% no RLE.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Antes de mais, este facto é consequência do pouco significativo aumento, ou mesmo redução, de algumas rubricas de proveitos, como Vendas e Prestações de Serviços, Impostos e taxas e Transferências e subsídios obtidos, mas, em maior escala, do crescimento acentuado de fornecimentos e serviços externos e custos com pessoal, mas também com o maior custo registado em amortizações do exercício. Ainda que tenha havido actualização da Tabela de Taxas Municipais durante o ano de 2010, uma parte substancial das mesmas, antes tratadas como taxas e agora como preços, não foi objecto de actualização alguma, uma vez que aguardam a preparação da Tabela de Preços Municipais, com o devido ajustamento inflacionário e de aproximação aos reais custos incorridos pela Câmara Municipal para a satisfação dos respectivos serviços ou liberalidades, sem prejuízo da manutenção dos custos sociais de que o Executivo não se quer afastar, atendendo às condições económicas actuais das nossas populações.

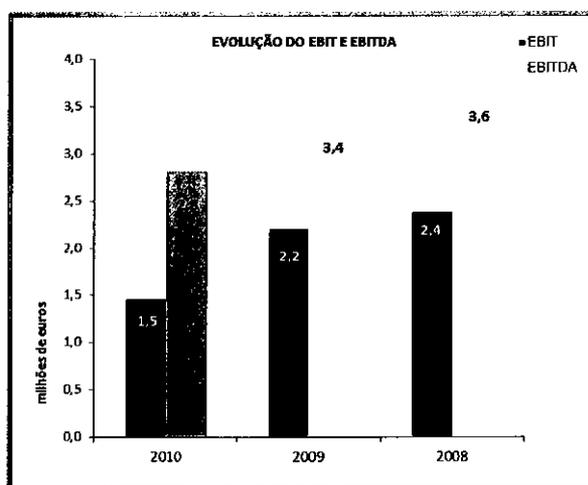
Por essa razão, os Impostos e taxas apresentaram um crescimento de apenas 3,89%, enquanto que as Transferências e subsídios obtidos registaram uma diminuição de 0,38%.

Tendo em conta a expressão proporcional de cada um dos itens face ao conjunto dos proveitos regulares que financiam a actividade do Município (Vendas e prestações de serviços + Impostos e taxas + Transferências e subsídios obtidos), observa-se mais uma vez uma clara preponderância da Conta 74 – Transferências e subsídios obtidos, não obstante o crescimento inferior ao dos anos anteriores verificado ao nível da participação financeira no Orçamento de Estado, bem como o não recebimento ao ritmo que seria esperado das transferências dos fundos comunitários.

No que respeita aos custos e perdas operacionais é relevante o aumento de Fornecimentos e serviços externos em 5,12% e dos Custos com o pessoal em 2,94%.

Os dados relativos ao EBITDA e ao EBIT são uma vez mais demonstrativos da insuficiente rentabilidade gerada pela actividade municipal, tornando imperativas medidas que permitam melhorar a operacionalidade e eficiência produtiva dos serviços municipais.

O primeiro indicador (EBITDA), que não considera os custos registados com amortizações e provisões, sofreu uma diminuição de 17,80% face ao ano de 2009, tendo este apresentado já um decréscimo de 4,28% face ao ano precedente.



Por seu lado, o EBIT ou Resultado Operacional registou uma diminuição de 33,78%, bastante superior à que tinha ocorrido na variação 2009/2008, que foi de 7,11%, para a qual contribuiu um aumento das amortizações em 11,76%.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

todo o património municipal, não se encontra completamente reflectido nas demonstrações financeiras.

BALANÇO FUNCIONAL

	VALORES		PONDERAÇÕES	
	2010	2009	2010	2009
APLICAÇÕES				
1) Imobilizações de Exploração	9.863.452,23 €	9.614.752,31 €	28,14%	30,56%
2) + Outros activos estáveis	21.887.166,79 €	20.680.245,98 €	62,44%	65,73%
3) = ACTIVOS ESTÁVEIS (1+2)	31.750.619,02 €	30.294.998,29 €	90,58%	96,30%
4) Existências	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
5) + Clientes	84.755,32 €	117.429,83 €	0,24%	0,37%
6) + Outros activos de exploração	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
7) = NECESSIDADES CÍCLICAS DE EXPLORAÇÃO (4+5+6)	84.755,32 €	117.429,83 €	0,24%	0,37%
8) ACTIVO DE EXPLORAÇÃO (1+7)	9.948.207,55 €	9.732.182,14 €	28,38%	30,93%
9) Disponibilidades e outros títulos negociáveis	3.218.994,02 €	1.048.104,84 €	9,18%	3,33%
10) + Outros activos, excepto relacionados com exploração	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
11) = TESOURARIA ACTIVA (9+10)	3.218.994,02 €	1.048.104,84 €	9,18%	3,33%
12) = TOTAL DAS APLICAÇÕES (3+7+11)	35.054.368,36 €	31.460.532,96 €	100,00%	100,00%
RECURSOS				
13) Capital próprio	19.422.187,36 €	18.520.243,46 €	55,41%	58,87%
14) + Total de amortizações e de provisões	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
15) = RECURSOS PRÓPRIOS (13+14)	19.422.187,36 €	18.520.243,46 €	55,41%	58,87%
16) Emp. por obrigações e títulos de participação MLP	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
17) + Dívidas a instituições de crédito MLP	6.032.340,39 €	4.439.905,91 €	17,21%	14,11%
18) + Outros credores, excepto relacionados com exploração	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
19) = RECURSOS ALHEIOS ESTÁVEIS (16+17+18)	6.032.340,39 €	4.439.905,91 €	17,21%	14,11%
CAPITAIS PERMANENTES (15+19)	25.454.527,75 €	22.960.149,37 €	72,61%	72,98%
20) Fornecedores	514.941,63 €	302.131,59 €	1,47%	0,96%
21) + Estado e outros Entes Públicos (a pagar)	49.026,44 €	51.181,10 €	0,14%	0,16%
22) + Outros credores de exploração	9.035.872,54 €	8.147.070,90 €	25,78%	25,90%
23) = RECURSOS CÍCLICOS DE EXPLORAÇÃO (20+21+22)	9.599.840,61 €	8.500.383,59 €	27,39%	27,02%
24) Dívidas a instituições de crédito CP	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
25) + Emp. por obrigações e títulos de participação CP	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
26) + Outros passivos, excepto relacionados com exploração	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
27) = TESOURARIA PASSIVA (24+25+26)	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
28) = TOTAL DOS RECURSOS (15+19+23+17)	35.054.368,36 €	31.460.532,96 €	100,00%	100,00%
EQUILÍBRIO FINANCEIRO				
29) FUNDO DE MANEIO (15+19-3)	-6.296.091,27 €	-7.334.848,92 €	-17,96%	-23,31%
30) NECESSIDADES (+) / RECURSOS(-) DE F. MANEIO (7-23)	-9.515.085,29 €	-8.382.953,76 €		
31) TESOURARIA LÍQUIDA (11-27) ou (29-30)	3.218.994,02 €	1.048.104,84 €		
▣ (3) ACTIVOS NÃO CORRENTES	31.750.619,02 €	30.294.998,29 €		
(7+11) ACTIVOS CORRENTES	3.303.749,34 €	1.165.534,67 €		
▣ (12) TOTAL DO ACTIVO	35.054.368,36 €	31.460.532,96 €		
▣ (13) CAPITAL PRÓPRIO	19.422.187,36 €	18.520.243,46 €		
(14+19) PASSIVOS NÃO CORRENTES	6.032.340,39 €	4.439.905,91 €		
(23+27) PASSIVOS CORRENTES	9.599.840,61 €	8.500.383,59 €		
(28-13) TOTAL DO PASSIVO	15.632.181,00 €	12.940.289,50 €		
▣ (28) TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	35.054.368,36 €	31.460.532,96 €		

Para melhor conhecimento da situação global, apresenta-se igualmente um Quadro contendo a Análise de Rácios em que se procurarão evidenciar outras situações que conferem ao Município um especificidade real face à generalidade das instituições ou entidades, bem como algumas realidades que, independentemente da especificidade municipal, carecem de observação permanente por parte dos responsáveis pela gestão em exercícios futuros.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

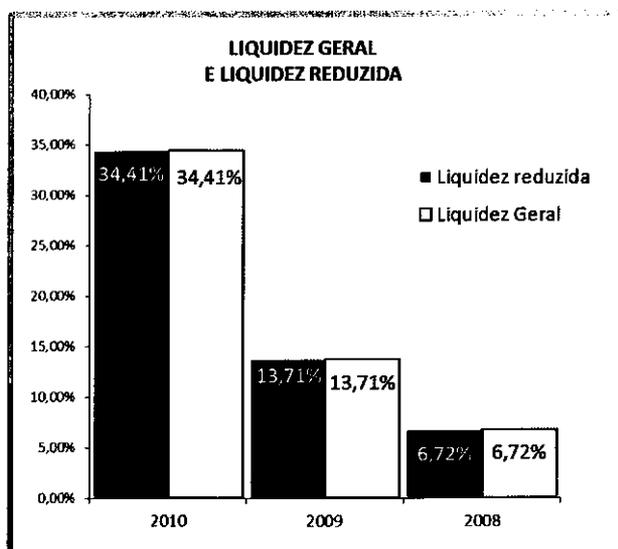
[Handwritten signatures and initials]

ANÁLISE DE RÁCIOS

Regra do Equilíbrio Financeiro:		2010	2009	2008	Var	Notas
		NÃO CUMPRE	Porque FUNDO DE MANEIO:			<ZERO
RÁCIOS DE SITUAÇÃO FINANCEIRA DE CURTO PRAZO						
A	LIQUIDEZ					
A.1	Rácio de Liquidez Geral	34,41%	13,71%	6,72%	+	Liq. Deficitária
A.2	Rácio de Liquidez Reduzida	34,41%	13,71%	6,72%	+	Liq. Deficitária
A.3	Rácio de Liquidez Imediata	33,53%	12,33%	5,32%	+	
RÁCIOS DE SITUAÇÃO FINANCEIRA DE MÉDIO E LONGO PRAZO						
B	FINANCIAMENTO					
B.1	Período de Recuperação da Dívida	2,69	1,32	0,96	+	
B.2	Rácio de Endividamento	44,59%	41,13%	39,69%	+	
B.3	Rácio de Cobertura do Imobilizado	80,17%	75,79%	72,91%	+	
B.4	Rácio de Solvabilidade Total	124,24%	143,12%	151,97%	(-)	Solv. Ideal
B.5	Rácio de Autonomia Financeira	55,41%	58,87%	60,31%	(-)	
B.6	Rácio de Estrutura do Endividamento CP	61,41%	65,69%	71,76%	(-)	Endiv. CP Ideal
B.7	Rácio de Estrutura do Endividamento ML	38,59%	34,31%	28,24%	+	
B.8	Rácio de Cobertura dos Encargos Financeiros	3714,42%	2467,58%	3165,85%	+	
RÁCIOS DE SITUAÇÃO ECONÓMICA						
C	RENTABILIDADE					
C.1	Rentabilidade do Activo	2,57%	6,90%	7,18%	(-)	
C.2	Margem de Lucro Líquida	77,14%	185,83%	175,27%	(-)	
C.3	Rentabilidade do Capital Próprio	4,64%	11,72%	11,90%	(-)	
C.4	Rentabilidade Bruta das Vendas	77,14%	185,83%	175,27%	(-)	
RÁCIOS DE FUNCIONAMENTO						
E	ACTIVIDADE					
E.1	Rotação do Activo	0,03	0,04	0,04	(-)	
E.2a	Rotação das Existências					
E.2b	Rotação das Capital Próprio	0,06	0,06	0,07	(-)	
E.2c	Rotação das Necess. Fundo de Maneio	-0,12	-0,14		+	
E.3a	PMA - Prazo Médio de Armazenamento	0,00	0,00	0,00	NULO	
E.3b	PMP - Prazo Médio de Pagamentos	33,96	21,80	11,18	+	
E.3c	PMR - Prazo Médio de Recebimentos	2,29	3,40	3,12	(-)	
F.1	m% MARGEM RELATIVA DE CONTRIBUIÇÃO	93,17%	92,87%	90,88%		
F.2	Vo* PONTO CRÍTICO OPERACIONAL	11.861.678 €	11.099.023 €	10.880.048 €	+	
F.3	Vt* PONTO CRÍTICO TOTAL	11.904.065 €	11.195.679 €	10.962.930 €	+	
F.4	MSO MARGEM DE SEGURANÇA OPERACIONAL	-914,48%	-850,62%	-900,57%	(-)	
F.5	GAO GRAU DE ALAVANCA OPERACIONAL	0,74	0,49	0,41	+	
F.6	GAF GRAU DE ALAVANCA FINANCEIRA	1,03	1,04	1,03	(-)	
F.7	GAC GRAU DE ALAVANCA COMBINADA	0,76	0,51	0,43	+	

Desde logo, impõe-se uma observação aos rácios de liquidez, em que é evidenciada uma situação de liquidez deficitária, mas em que a natureza particular do Município é por si mesma atenuadora desse indicador negativo. Em primeiro lugar pela já referida dificuldade na identificação e valorização do património e que atinge também a valor dos activos e em segundo lugar o facto dos passivos correntes estar afectado pelo registo em proveitos diferidos dos montantes de transferências dos fundos comunitários destinados ao financiamento de alguns dos investimentos.

Como se pode observar, os rácios de liquidez são claramente deficitários, muito abaixo dos valores considerados normais para Liquidez geral (entre 130 e 150%) e de Liquidez reduzida (entre 90 e 110%) mas, não fossem as circunstâncias acima referidas, e o comportamento seria idêntico ao das demais entidades na relação entre





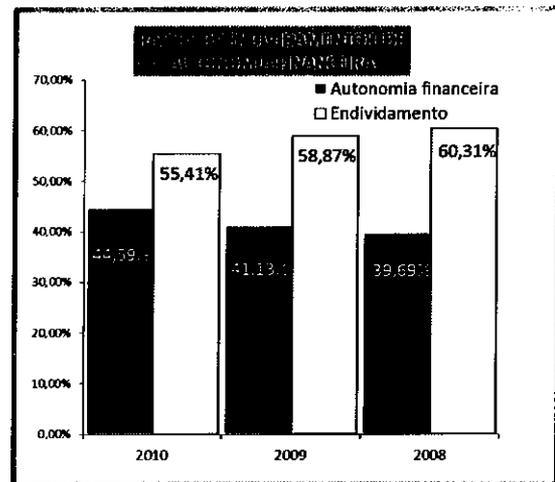
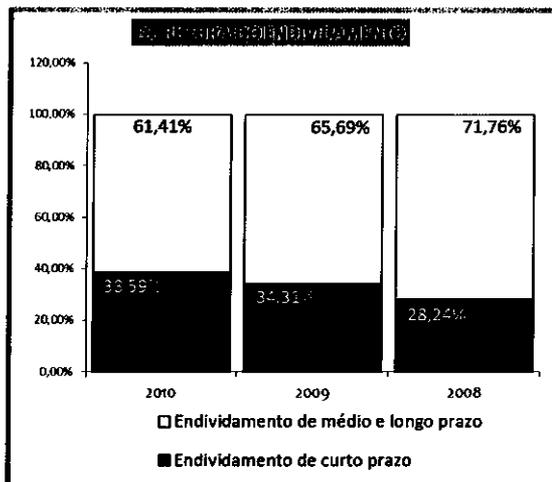
MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

activos correntes e passivos correntes e entre activos correntes menos existências e passivos correntes.

De realçar que não existe qualquer diferença entre a liquidez geral e a liquidez reduzida em virtude de não se encontrarem registados quaisquer valores relativos a existências devido à não implementação da gestão de stocks.

E realce-se também que o ano de 2010, em especial por efeito da acumulação de disponibilidades, aumentou consideravelmente os rácios de liquidez comparativamente com os valores dos dois anos anteriores.



Quanto aos indicadores relativos à análise de financiamento e sem negligenciar as particularidades contabilísticas e de funcionamento da instituição, vale a pena evidenciar os resultados relativos ao Rácio de solvabilidade total, que evidencia uma relação de 1,24 de Capital Próprio face ao Passivo, bem como à Estrutura do endividamento, em que os Passivos correntes são superiores a metade do Passivo (61,41%). Ao mesmo tempo, convém referir como significativo o rácio de autonomia financeira, que vem apresentando uma tendência de crescimento, embora a situação pudesse ser outra caso uma parte mais significativa do património municipal já estivesse reflectida nas demonstrações financeiras e com valorizações actualizadas à realidade actual. O rácio de endividamento é, aritmeticamente, inverso do valor anterior, pelo que qualquer comportamento diferente daquele se apresentaria no endividamento de forma inversamente proporcional.

Não são relevantes os indicadores relativos à actividade devido à não consideração contabilística de alguns dados fundamentais para esse efeito, como é o caso das existências.

Significativa é também a margem de contribuição de quase 100%, bem reveladora da enorme proporção de custos fixos relativamente ao volume de vendas e de prestações de serviços.

Embora sendo ainda muito significativos os dados relativos à margem de lucro líquida e à rentabilidade bruta das vendas, estes indicadores devem merecer uma observação condicionada pela natureza pública da entidade.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Em primeiro lugar porque não se trata de uma actividade marcadamente lucrativa, embora uma parte da actividade do Município, aquela afinal que é integrada naqueles rácios, deva ser assumida, pelo menos, como não geradora de perdas. É isso que é determinado na Lei das Finanças Locais, sem prejuízo da possibilidade de serem assumidos custos sociais.

Em segundo lugar porque a parte marcadamente não lucrativa, relativa aos investimentos, é muito mais representativa do movimento financeiro anual do Município e é por aqui que passam alguns dos indicadores menos favoráveis do desempenho ocorrido no exercício económico, uma vez que a natureza política da entidade e a constante obrigação de ir satisfazendo as exigências das populações e suas organizações representativas ao nível dos pequenos ou grandes investimentos assim o obriga.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não foi verificada a ocorrência de quaisquer factos relevantes após o encerramento do exercício que pudesse determinar a inclusão de notas de enquadramento ou explicativas no presente Relatório.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em conformidade com o que se encontra estabelecido pelo POCAL, a aplicação do Resultado Líquido do Exercício referente ao ano de 2010, no montante de € 901.943,90 (novecentos e um mil novecentos e quarenta e três euros e noventa cêntimos), deverá ser efectuada do seguinte modo:

- Reservas Legais na proporção de 5% do Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 45.097,20 (quarenta e cinco mil, noventa e sete euros e vinte cêntimos);
- Património, destinado a reforçar o Património até ao alcance do objectivo de correspondência com o Activo Líquido, em 20%, no montante de € 718.767,08 (setecentos e dezoito mil, setecentos e sessenta e sete euros e oito cêntimos);
- Resultados Transitados, como remanescente, no montante de € 138.079,62 (cento e trinta e oito mil, setenta e nove euros e sessenta e dois cêntimos).

CONCLUSÃO

São estes os comentários e esclarecimentos que se entendem como favoráveis à melhor interpretação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao Exercício do ano de 2010, que se sujeitam à apreciação e votação da Câmara Municipal, para posterior apreciação por parte da Assembleia Municipal nos termos legais.

OLIVEIRA DO HOSPITAL, 19 de Abril de 2011

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

- José Carlos Alexandrino Mendes -